

Departamento de História

**“Para Lutar é Preciso ser Instruído”
A Ideologia e o Movimento Operário na Universidade Popular de
Setúbal - da 1ª República ao advento do Estado Novo**

Ana da Silva Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Maria Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

Citação do título retirada de: ICS, AHS, Espólio Pinto Quartin, Série DOC, Item 838. “Para lutar é preciso ser instruído”. Jornal A Batalha , 15 Julho 1921, p. 1.

A presente dissertação não foi escrita de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

Departamento de História

“Para Lutar é Preciso ser Instruído”
A Ideologia e o Movimento Operário na Universidade Popular de
Setúbal - da 1ª República ao advento do Estado Novo

Ana da Silva Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Maria Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

Agradecimentos

Todo o meu percurso, e em especial este trabalho, não teria sido possível sem um conjunto de pessoas que me ajudaram a chegar à recta final.

Em primeiro lugar, quero agradecer com todo o carinho à Professora Luísa Tiago de Oliveira, que teve a amabilidade de me orientar durante este curto, mas longo caminho. Por me ter deixado errar, por me ter deixado vaguear e por nunca me ter deixado perder. Um muito obrigada pelo seu contínuo apoio e prestabilidade e por nunca parar de me ensinar.

Aos meus pais e à minha irmã, por terem investido e acreditado em mim. Aos meus pais e aos meus avós por me terem ensinado o valor da luta e da resiliência.

Ao Tiago, à Joana, ao Luís e à Mafalda. Que as conversas de grupo continuem a mudar, mas a amizade nunca o faça. Novamente, ao Tiago e à Joana, obrigada por tudo.

À equipa do Memória para Todos. Obrigada por me darem todo o espaço e tempo que eu precisei. Obrigada por me deixarem trabalhar num projecto tão maravilhoso. À Luísa, à Sofia e à Inês, obrigada por me apoiarem quando pensei estar perdida.

À Inês Queiroz, que me lançou para a investigação e me mostrou o que é trabalhar a História, ao me mostrar o mundo da Universidade Popular Portuguesa. Ao Diogo Ferreira, por me ter dado a ajuda mais preciosa, por partilhar dicas e sugestões comigo e por me motivar tanto para acabar este trabalho. À Doutora Filomena Bandeira, por me dar uma ajuda igualmente preciosa, mesmo estando a “meter-me” no seu mundo.

Louvo, também, o trabalho, a amabilidade e a enorme competência das equipas do Arquivo Histórico Social, e do Arquivo de História Social. Um enorme obrigada pela ajuda e boa disposição da equipa da Biblioteca do ISCTE-IUL, em especial às sempre queridas Celinha e Belinha.

Ao ISCTE-IUL, por ser a melhor segunda casa que alguém pode desejar.

Resumo

Este trabalho procura perceber em que medida o movimento anarquista em Portugal influenciou os trabalhadores da nação com vista à sua formação intelectual, tomando como estudo de caso a secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa. Atravessando o período da chamada “Nova República Velha”, da Ditadura Militar e dos anos de consolidação do Estado Novo, o trabalho divide-se em 3 linhas de análise: em que medida é que a Universidade Popular Portuguesa se ligou ao Movimento Operário português; que interesses e contrapartidas é que tal implicava para ambas as partes; qual foi a participação da vertente libertária e anarcosindicalista nestas dinâmicas. Simultaneamente, a análise parte do geral, considerado a situação nacional, para o particular, a saber, o caso da cidade de Setúbal.

O trabalho resulta da análise de fontes documentais, com particular foco para correspondência particular entre figuras do anarquismo português relevantes para a temática da secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa.

Apresentamos a secção de Setúbal como a personificação, em escala local, das relações pretendidas entre a Universidade Popular Portuguesa e os trabalhadores do país. Relevamos, ainda, o papel do sindicalismo na educação popular, com especial ênfase para a Confederação Geral do Trabalho.

Por fim, tenta-se perceber de que forma a fundação do Partido Comunista Português afectou o movimento anarquista nacional, ao disputar a influência ideológica dos trabalhadores e do meio sindical.

Palavras-chave: Setúbal; I República Portuguesa; Estado Novo; Anarquismo; Libertarismo; Educação Popular; Universidade Popular Portuguesa; Trabalhadores; Sindicalismo; Partido Comunista Português.

Abstract

This work focuses on how the Portuguese anarchist movement took part on influencing the working class' intellectual formation, electing de Setúbal section of the Universidade Popular Portuguesa as a study case. Analysing the periods from “Nova República Velha”, through the Military Dictatorship and the years of the establishment of the Estado Novo dictatorship, our work divides in 3 research lines: how did the Universidade Popular Portuguesa reached the Portuguese working class; how did each part benefitted from that relationship and how did the anarchist and libertarianism movements took part on those social dynamics. Simultaneously, our analysis starts on a general approach, from a national level of analysis, but progresses to a more detailed vision of the city of Setúbal,

We use documental sources of information, mainly personal letters sent between Portuguese anarchists who were relevant to the activities of the Setúbal section of the Universidade Popular Portuguesa.

We introduce the Setúbal section as the embodiment, at a local scale, of the desired connection between the Universidade Popular Portuguesa and the national working class. We emphasize the part taken by the national unionism on the popular education's dynamics, with focus on the Confederação Geral do Trabalho.

Lastly, we try to understand how the foundation of the Partido Comunista Português affected the national anarchist movement, by contesting the ideological influence of the working class and the multiple unions.

Keywords: Setúbal; *I República Portuguesa*; *Estado Novo*; Anarchism; Libertarianism; Popular Education; *Universidade Popular Portuguesa*; Working Class; Unionism; *Partido Comunista Português*.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A Educação Popular e as ideologias de suporte.....	13
1.1. A oposição da Instrução Não Formal ao Ensino Oficial: a necessidade de uma alternativa	13
1.2. A relação intelectuais-operariado e a vontade de uma Revolução Social.....	15
CAPÍTULO 2 - A Universidade Popular Portuguesa e a cidade de Setúbal.....	19
2.1. Porquê Setúbal?.....	19
2.2. A secção de Setúbal.....	23
CAPÍTULO 3 - Da liberdade à educação – o anarquismo e a secção de Setúbal	29
3.1. O libertarismo e o anarquismo setubalenses entre a 1ª República e o advento do Estado Novo	29
3.2. Os anarquistas e a Universidade Popular Portuguesa - que relação?	34
3.3. Os trabalhadores setubalenses, os anarquistas e a influência “bolchevista”	40
3.4.O libertarismo e o cultivar de uma mentalidade de resistência: o activismo operário e a contestação à Ditadura	44
CONCLUSÃO	49
FONTES.....	53
FONTES ICONOGRÁFICAS	55
BIBLIOGRAFIA.....	57
WEBGRAFIA	62
ANEXO A - Lutas e organizações libertárias - Setúbal - 1883 - 1950	I
ANEXO B - Conferências realizadas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa	VII
ANEXO C - Conferências previstas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa	XI
ANEXO D - Adriano Botelho	XII
ANEXO E - Raúl Elias Adão	XIII
ANEXO F - Francisco José De Brito (Xico Cagarrão).....	XIV
ANEXO G - Francisco Rodrigues Franco E Sabina Lopes Condeça Franco	XV
Curriculum Vitae.....	XVI

Índice de Figuras

Fig. 2.1 - Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar.....	23
Fig. 3.1 - José Artur Quaresma.	23
Fig. 3.2 - César Porto	23
Fig. 3.3 - Emídio Santana.....	33

Fig. 3.4 - Lino de Andrade	33
Fig. 3.5 - Jorge José da Silva.....	36
Fig. 3.6 - António Augusto das Neves	36
Fig. 3.7 - Jorge Quaresma	37

INTRODUÇÃO

Com o derrube do regime monárquico e a instauração inédita de uma República em Portugal, em 1910, iniciou-se um novo capítulo na história e na vida política do nosso país. A chamada Primeira República perduraria, assim, por dezasseis anos fortemente marcados pela violência e pela instabilidade política mas, igualmente, por um grande reformismo. Indício do ambiente de instabilidade que se fez sentir entre 1910 e 1926 é a divisão deste período em três fases que o consenso geral determinou: de 1910 a 1917, a “República forte”, ou simplesmente República; de 1917 a 1918, o curto período da “República Nova”, protagonizada por Sidónio Pais; de 1919 a 1926, a “Nova República Velha”, também designada por “República fraca”¹.

A intensa actividade reformista foi um dos principais factores identitários desta, então, jovem República, a saber, com principal enfoque nas questões do sistema parlamentar, da laicização do Estado e, particularmente interessante para efeitos desta dissertação, a questão da Educação e a reforma do ensino desde a sua base ao ensino superior, com o objectivo de ultrapassar a muito baixa formação escolar que caracterizava a população portuguesa.

A priorização das reformas estruturais explica-se, por um lado, pela necessidade e vontade de distinção em relação ao regime anterior, e, por outro, pela vontade de quebrar com o pensamento clerical conservador, procurando-se uma verdadeira revolução social, fruto da influência positivista que marcara o ideário republicano. Desta forma, “(...) punha-se aos teóricos republicanos o problema de conjugar uma concepção nascida da oposição à própria ideia de possibilidade de revoluções (...) com a evidente necessidade de uma transformação profunda e presumivelmente violenta da sociedade portuguesa.”². Para tal, era essencial, para a existência de um movimento de mudança e de revolução social e mental, a existência de uma opinião pública crítica e esclarecida.

Nesta lógica, a actividade republicana desenvolveu-se em duas vertentes: por um lado, o reforço do ensino institucional, da rede de escolas públicas e do alargamento do ensino obrigatório; por outro, o fomento à criação de instituições de ensino e formação totalmente independentes do Estado. É neste âmbito que pretendemos focar como caso de estudo a Universidade Popular Portuguesa (UPP) uma vez que esta, a par de instituições de semelhante acção, como a Universidade Livre, a Universidade Popular (ligada à Renascença Portuguesa)

¹ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern. *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa: Gradiva. 2016, p. 22.

² PITA, António Pedro. “O poder de saber – competência e cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº27-28, 1989, p. 250.

ou a Academia de Estudos Livres, foi, sem dúvida, a que mais sucesso teve, o que se espelha na sua durabilidade, tendo apenas encerrado já na década de 1950.

Será neste contexto que se inserirá esta dissertação. No entanto, não pretendemos estudar a educação popular, no seu geral, nem a UPP, por si só, uma vez que o nosso objectivo consiste em perceber em que medida é que a instituição se ligou ao Movimento Operário, com que interesses e quais as contrapartidas que tal implicava, e qual foi a participação da vertente libertária e anarco-sindicalista nestas dinâmicas. Foi, por isso, natural a escolha da cidade de Setúbal como caso de estudo, uma vez que, paralelamente ao fortíssimo movimento de industrialização que a cidade sofreu (principalmente durante a fase de transição entre os séculos XIX e XX), esta foi um dos principais focos do libertarismo em Portugal.

Abrangendo os assuntos em questão, usaremos alguns conceitos que têm sido alvo das mais variadas definições ou descrições. São eles o conceito de povo e de classe operária.

Quanto ao conceito de povo, Peter Burke distingue duas noções: por um lado, povo enquanto conjunto de todos os cidadãos com uma nação em comum, e, por outro, enquanto grupo de indivíduos não privilegiados. Assim, liga este último conceito à noção de subalternidade, no sentido em que este delimitaria um grupo que se encontraria sujeito a outro socialmente superior, criando um confronto entre uma não-elite e uma elite que, não obstante, não eliminaria a hipótese de interligações entre ambos³. Na mesma linha, Agamben⁴ atenta na interpretação linguística de “povo”, que designa todos aqueles excluídos, de alguma forma, da sociedade, particularmente no que toca à vida política de um país. Tal reitera o confronto referido por Burke, colocando o povo numa posição de eterna exclusão em relação a algo:

“Por um lado o conjunto Povo como corpo político integral, por outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos; no primeiro caso, uma inclusão que se pretende sem restos, no segundo, uma exclusão que se sabe sem esperança; (...)”⁵.

Tal leva-nos ao conceito de classe, uma vez que este confronto concretiza a luta de classes teorizada por Karl Marx, que só poderá ter fim com o hipotético fim do próprio povo como

³ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 1989, p. 15, 49. Citado por OLIVEIRA, Luísa Tiago de. *Estudantes e Povo na Revolução: O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta Editora. 2004, p. 12.

⁴ AGAMBEN, Giorgio. “O que é um povo?”. In DIAS, Bruno Peixe, NEVES, José (coord.). *A Política dos Muitos - Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010, p.31.

⁵ *Idem*, p. 32

defende Agamben,⁶. Peter Burke afirma, inclusivamente, que o conceito de classe, embora ambíguo, é comum à maioria das sociedades e comporta o conflito inerente entre si, resultante das diferenças de status e poder, tanto sociais como económicos e representativos⁷.

Na linha de Fátima Sá e Melo Ferreira, cremos que os conceitos de povo, classes trabalhadoras e operariado são de difícil delimitação, por se cruzarem e sobreporem constantemente de acordo com os discursos político-sociais das diferentes épocas em que são usados⁸. Não obstante, aquando da menção do conceito de classe operária, fá-lo-emos no sentido de grupo trabalhador não detentor dos meios de produção, industriais ou não, seguindo os usuais critérios socio-económicos inspirados em Marx.

Por outro lado, note-se que Maria Filomena Mónica afirma que:

“Durante muito tempo, quando usada por trabalhadores, a palavra «classe» não se referia à «classe operária». (...) Para estes trabalhadores, a ideia de que pertenciam a uma unidade composta por todos os assalariados não tinha qualquer realidade. As fronteiras da sua lealdade eram corporativas ou profissionais.”⁹.

É neste âmbito que Burke refere a criação de redes de solidariedade intra-grupais, uniões geradas do sentimento de diferença ou conflito com outros grupos, bem como das diferenças hierárquias sentidas entre os seus membros¹⁰. Não obstante, não nos podemos alhear do facto de todos estes conceitos serem construções e, portanto, terem várias possíveis interpretações ou formas de manipulação: Cruz e Ledesma afirmam mesmo que “Las tradiciones, las naciones, las clases y los pueblos (...) y hasta los héroes y los líderes políticos: todas estas realidades históricas se nos presentan ahora como el resultado de procesos de construcción cultural; de «invenciones» (...)”¹¹.

O trabalho a que nos propomos será realizado com base numa análise (que se pretende relativamente exaustiva) da bibliografia existente sobre o tema, que subdividimos, para efeitos

⁶ AGAMBEN, Giorgio. “O que é um povo?”. In DIAS, Bruno Peixe, NEVES, José (coord.). *A Política dos Muitos - Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010, p.33.

⁷ BURKE, Peter. *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento. 1980, p. 56.

⁸ FERREIRA, Fátima Sá e Melo. “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807-1850)”. In NEVES, José. *Como se faz um Povo*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010, p. 36.

⁹ MÓNICA, Maria Filomena. *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 1986, p. 9.

¹⁰ BURKE, *op. cit.*, p. 56.

¹¹ CRUZ, Rafael, LEDESMA, Manuel Pérez. *Cultura y movilización en la España contemporánea*. Madrid: Alianza Editorial. 1997, p. 11.

de realização da investigação, em 2 famílias: a Educação Popular na 1ª metade do século XX, a História de Setúbal e, dentro deste tema, a chamada História do Movimento Operário na cidade de Setúbal. Simultaneamente, analisaremos fontes relevantes para o tema, bem como imprensa coeva.

Debruçando-se esta investigação sobre o contexto republicano, interessam-nos os trabalhos de Miriam Halpern Pereira¹², com particular destaque para a obra *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*, na qual é afirmado que, para além da forte influência do protesto popular das camadas operária e rural, o período do advento republicano ficou marcado pelos efeitos violentos da acção monárquica (com clímax na questão da “Monarquia do Norte”) e pela questão da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, que provocou uma enorme cisão no campo político, com efeitos na economia e nas finanças, bem como na sociedade e no campo cultural do país. De facto, é principalmente durante o período Sidonista, de 1917 a 1918 que a situação se extrema, sendo, inclusivamente, defendido que “A «República Nova» prefigurou a futura ditadura do Estado Novo, na sua ideologia e forma de governo (...)”¹³.

As preocupações da República para com a cultura e o ensino têm sido tratadas por António Pedro Pita¹⁴ e Joaquim Pintassilgo¹⁵, integrando-se estas obras na primeira família, das duas que definimos. Ambos nos permitem perceber que o movimento da Educação Popular, apesar de à margem da maioria da sociedade e do próprio sistema de ensino, não foi, de todo, um acaso, uma vez que, principalmente à imagem do exemplo francês, este seria o percurso natural do pensamento ideológico republicano, fortemente marcado pelo positivismo. Sendo que o espírito republicano assume o problema das altíssimas taxas de analfabetismo como a “vergonha nacional”¹⁶, a formação da sociedade e o incentivo ao seu espírito crítico era, pois, tido como um “(...) ponto estrategicamente fundamental: destruir a posição hegemónica de uma ideologia clerical, reorganizar os espaços ideológicos existentes e criar outros, que se julguem

¹² PEREIRA, Miriam Halpern. *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa: Gradiva. 2016.

¹³ *Idem*, p. 34.

¹⁴ PITA, António Pedro. “O poder de saber – competência e cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº27-28, 1989.

¹⁵ PINTASSILGO, Joaquim. “Regeneração moral e formação do cidadão. O debate na imprensa pedagógica portuguesa do início do século XX”, In *Educação para a Cidadania. Conferência Ibérica. Livro de Actas*. Lisboa. 2008.

¹⁶ Cf. PINTASSILGO, Joaquim. “Regeneração moral e formação do cidadão. O debate na imprensa pedagógica portuguesa do início do século XX”, In *Educação para a Cidadania. Actas da Conferência Ibérica*. Lisboa. 2008, p. 2.

necessários. Por isso, a actividade republicana consistirá na secularização das instituições de ensino e nos meios geradores de opinião pública (...).”¹⁷.

A Educação Popular tem sido um tema tratado pela Academia. No entanto, não podemos afirmar que o mesmo se dê para alguma instituição de ensino popular em concreto. Segundo Joaquim Pintassilgo, “(...), the transition from the nineteenth century to the twentieth century was a period of intense associative movements in favour of the alphabetization of the people, not only due to republicanism, but also due to freemasons, liberal philanthropy or organized labour.”¹⁸. Tal explica-se pela grande riqueza do debate no campo educativo que a Primeira República proporcionou, proliferando a publicação de inúmeros títulos de imprensa e sendo criadas várias associações educativas e culturais, das quais é exemplo a UPP¹⁹.

Também António Pedro Pita, no artigo acima citado, trata esta questão, relevando que a educação popular portuguesa, ao contrário do caso francês, que se focava no operariado, pretendia a formação do povo, numa definição inclusiva de todas as classes sociais, almejando à transformação da sociedade portuguesa dentro dos ideais republicanos. Desta forma, como afirma Lucília Salgado, é no campo da educação popular que se vão formar alguns dos principais pontos de resistência aos regimes quer da Primeira República, quer do Estado Novo²⁰. A vertente de resistência e contestação no campo da educação popular é, também, tratada por António Candeias²¹, que afirma que “(...) as Universidades Populares criaram-se e mantiveram-se porque do ponto de vista filosófico eram alternativas às Universidades do Estado, mas também porque estas não podiam (queriam?) acolher o povo no seu seio (...)”²². Não obstante os objectivos iniciais da abertura da educação popular a todo o povo, é clara a tendência para uma aproximação ao operariado e às estruturas associativas a ele ligadas.

¹⁷ PITA, António Pedro. “O poder de saber – competência e cultura nas Universidades republicanos de Educação Popular” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº27-28, 1989, p. 250.

¹⁸ PINTASSILGO, Joaquim. "Adult Education in Portugal: reflections between past and present". In *Annali on-line di Storia dell'educazione e Politica scolastica*, nº 41 - 52. 2014, p. 36.

¹⁹ PINTASSILGO, Joaquim. *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. ed. 1. Lisboa: Edições Colibri. 1998.

²⁰ Cf. SALGADO, Lucília. O Outro Lado da Educação – Para além do Instituído. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº29. Coimbra: Escola Superior de Educação de Coimbra. 1990, p. 115.

²¹ CANDEIAS, António. “Movimento operário português e educação (1900-1926).”. In *Análise Psicológica*, II(1). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1981.

²² CANDEIAS, António. “Movimento operário português e educação (1900-1926).”. In *Análise Psicológica*, II(1). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1981, p. 46.

Concretamente no que diz respeito à Universidade Popular Portuguesa, a dissertação de mestrado de Filomena Bandeira²³ merece um destaque especial, uma vez que foi a sua leitura que nos lançou as interrogações que motivaram este trabalho. Para além da descrição da formação e do funcionamento da UPP, interessou-nos particularmente a afirmação de que os intelectuais que a compunham “(...) não resistiram a privilegiar e a tentar capitalizar algumas das relações mantidas com as elites operárias ou com os intelectuais que se moviam na esfera do anarquismo e sindicalismo.”²⁴. Tal permitiu uma aproximação entre a UPP e o Movimento Operário, ao criar uma dinâmica de parceria social. É, pois, sobre o resultado desta parceria que incidirá esta dissertação: a colaboração entre as esferas intelectual e operária resultou na abertura de dez secções da Universidade, paralelas à sede, em Campo de Ourique, que funcionaram em sedes de sindicatos operários e que contaram com a colaboração de vários militantes anarco-sindicalistas e intelectuais libertários²⁵.

Interessa-nos, igualmente, o artigo de Tiago Brandão, no que diz respeito ao contexto do surgimento da UPP²⁶. Um plano mais detalhado, particularmente sobre a questão da participação libertária ao longo do período útil da Universidade, é-nos apresentado por João Freire²⁷, em cuja obra é afirmado que “Alexandre Vieira, Manuel da Conceição Afonso, Adolfo Lima, José Carlos de Sousa, Adriano Botelho, Augusto Carlos Rodrigues, Emílio Costa e outros, estiveram entre aqueles que, da área ideológica libertária, ocuparam funções directivas e de animação daquela instituição.”²⁸.

²³ BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, FCSH-UNL, Lisboa, 1994.

²⁴ Idem, p. 33.

²⁵ Cf. *Ibidem*.

²⁶ BRANDÃO, Tiago. "Universidade Popular Portuguesa (UPP)". In ROLLO, M. F. (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República. 2014, p. 1064.

²⁷ FREIRE, João Carlos de Oliveira Moreira. *Ideologia, ofício e práticas sociais: O anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1988.

²⁸ FREIRE, João Carlos de Oliveira Moreira. *Ideologia, ofício e práticas sociais: O anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1988, p. 363.

Em geral, no que diz respeito à História de Setúbal, tanto Carlos da Fonseca²⁹, como Edgar Rodrigues³⁰, abordam não só as carências da população setubalense, como a enorme taxa de analfabetismo no início do século XX, tendo como pano de fundo a questão industrial e operária da cidade. Paralelamente, o Movimento Operário inserido no contexto setubalense tem sido tratado por autores como Joana Dias Pereira e Albérico Afonso Costa, de cujas obras destacamos os artigos apresentados no âmbito do I Congresso do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal³¹, no que interessa ao desenvolvimento industrial da cidade.

Foi neste âmbito que integramos a História do Movimento Operário na cidade dentro desta segunda família. A obra de Albérico Afonso Costa³² permite-nos perceber o background ideológico que o caracterizou, bem como o passo contestatário e de luta que marcou até ao seu sufocar, em 1933, pelo recém instaurado Estado Novo. Para entendermos a força e a enorme actividade deste movimento, é igualmente importante analisar a lista de greves ocorridas em Setúbal, de 1909 a 1934, que consta no primeiro volume da obra História do Movimento Operário e das ideias socialistas em Portugal³³, talvez uma das mais completas, das várias que encontramos até ao momento. Esta lista confirma, ainda, que os trabalhadores da pesca e da indústria conserveira eram dos mais activos no que toca a lutas laborais (a par do sector da construção civil), embora também se registre uma grande dinâmica reivindicativa nos sectores rurais.

²⁹ FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Vol. IV. Mem Martins: Europa-América. 1980.

³⁰ RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos. Portugal. 1911 – 1922*. Lisboa, Editorial Sementeira, 1981.

³¹ PEREIRA, Joana Dias. “Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016.

COSTA, Albérico Afonso, “*O Germinal*, um roteiro acrata para a revolução social”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016.

³² COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014.

³³ FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Vol. 1. Mem Martins: Europa-América. 1980.

Uma descrição bastante exaustiva das dinâmicas da cidade encontra-se na obra de Maria da Conceição Quintas³⁴, que aborda a questão do crescimento económico da cidade, nas vertentes agrícola, industrial e terciária, particularizando o caso da pesca e da indústria conserveira, particularmente relevantes para o nosso trabalho, uma vez que era destas actividades que brotava a maior parte dos militantes anarco-sindicalistas e libertários, sendo no seu seio que a UPP teve maior actividade (relembramos o estabelecimento de uma secção na sede da Associação dos Trabalhadores do Mar, de orientação anarquista³⁵).

Por outro lado, Quintas estuda, ainda na mesma obra, o movimento associativo setubalense, destacando-se o capítulo das Associações de Classe e das Associações Laborais, bem como as páginas dedicadas à vertente cultural do Movimento Operário, onde é, mais uma vez, tratada a questão do analfabetismo e das alternativas ao ensino oficial, que se mostrava ineficiente também na cidade de Setúbal. Não podemos ignorar, inclusivamente, o contributo de Marinús Pires de Lima³⁶ que, apesar de estudar períodos posteriores ao aqui focado, afirma o impacto que a conflitualidade laboral na cidade de Setúbal teve no fortalecimento do associativismo na cidade.

Sobre a questão do associativismo operário, interligado com as preocupações republicanas com a educação, ressalta-nos também o trabalho de João Freire³⁷, que destaca os exemplos do Centro Recreio e Propaganda Livre, do Ateneu de Estudos Sociais, e da Sociedade Promotora de Educação Popular, em Setúbal³⁸, como pontos de proliferação da Educação Popular. Importa, ainda, destacar o seu trabalho em colaboração com Maria Alexandre

³⁴ QUINTAS, Maria da Conceição. *Setúbal: economia, sociedade e cultura operária (1880-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

³⁵ A par desta organização, ligadas às actividades do mar existiram, entre outras, uma Federação dos Operários Conserveiros, também de orientação anarquista, a Associação de Classe dos Soldadores, socialista, o Sindicato dos Pescadores de Setúbal e o Sindicato dos Marítimos, que terão integrado a C.G.T. Cf. QUINTAS, *op. cit.*, pp. 257-258.

³⁶ LIMA, Marinús Pires de. *A acção sindical e o desenvolvimento: uma intervenção sociológica em Setúbal*. Lisboa: Salamandra, 1992.

³⁷ FREIRE, João Carlos de Oliveira Moreira. *Ideologia, ofício e práticas sociais: O anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1988.

³⁸ Existia, também, uma associação homónima em Lisboa, na zona de Alcântara, embora ambas nunca cruzem actividades. A organização setubalense situava-se na Rua Antão Girão, e foi dinamizada principalmente por Francisco José de Brito Júnior e José Artur Quaresma. Cf. FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 64.

Lousada³⁹, no qual não só é feita uma listagem de associações sindicais, libertárias e de educação popular, como é apresentada uma lista dos principais libertários de Setúbal, alguns dos quais envolvidos em instituições deste género, inclusivamente na delegação da UPP em Setúbal, sediada na Associação dos Trabalhadores do Mar.

O Movimento Operário que se pretende analisar não poderá nunca ser dissociado da circulação de ideias anarquistas e libertárias uma vez que, concretamente na cidade de Setúbal, estas foram o principal foco orientador durante a época que pretendemos estudar. Para além da sua importância para as lutas e reivindicações do movimento, parece-nos importante salientar esta dimensão: “Tal como o sindicalismo de acção directa, o anarquismo exalta sempre o esforço, as qualidades individuais, a auto-educação.”⁴⁰. Sabemos, pois, que o aspecto da auto-educação não se refere exactamente à educação popular. Não obstante, a valorização da educação por parte das vertentes libertárias parece-nos digna de destaque. Gabriela Lourenço sintetiza os pilares da importância da educação para o libertarismo, a saber, a percepção sobre a natureza humana, o equilíbrio entre a igualdade e a liberdade, e a educação enquanto instrumento da emancipação e da transformação do indivíduo⁴¹. Parece-nos que a autora faz, também, esta ligação entre educação e libertarismo, não a resumindo às experiências já estudadas, como a Escola Integral ou a Escola Oficina nº1. Nesta lógica, chega mesmo a afirmar que a UPP terá sido “(...) uma instituição com uma verdadeira vocação de educação popular e viés libertário, percebida no seu propósito de “difusão dos conhecimentos e de saída espiritual para o povo”⁴². Na mesma linha de pensamento, Freire⁴³ destaca tanto as universidades livres como as populares (a par de outros espaços, como a barbearia de José Artur Quaresma, em Setúbal), como um dos meios privilegiados para a partilha das ideias anarquistas.

Como já referido, o presente trabalho terá, também, em conta documentação arquivística e imprensa coeva. Interessaram-nos, particularmente, o Arquivo de História Social, integrado no Instituto de Ciências Sociais, do qual destacamos o Espólio Pinto Quartim, bem como o

³⁹ FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

⁴⁰ FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona. 1988, p. 42.

⁴¹ LOURENÇO, Maria Gabriela dos Santos. *Ideia(s) e Movimento(s): sindicalismo libertário e educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Instituto de Educação. 2015, p. 30.

⁴² *Idem*, p.54.

⁴³ FREIRE, João. “Os Meios de Difusão do Anarquismo em Portugal no Princípio do Século XX”. In MONTEIRO, Bruno (Org.), PEREIRA, Joana Dias (Org.). *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. S.l. S.e. 2013, p. 259.

Arquivo Histórico-Social, integrado na Biblioteca Nacional de Portugal, que inclui os núcleos Adelino Augusto Ferreira, Adriano Botelho, Edgar Rodrigues, Jorge Quaresma, Manuel Joaquim de Sousa e “Outros Militantes”. Igualmente nos poderão ser úteis os documentos que o integram sobre organizações operárias, sobre a tipografia e imprensa clandestina e alguns documentos pessoais sobre militantes anarquistas, informação que completará as informações constantes nos núcleos de militantes anarquistas que o arquivo compreende.

Apesar de grande parte da informação recolhida nestes arquivos ser de carácter público, não podemos ignorar que grande parte da mesma é constituída por manuscritos, principalmente correspondência, de acesso restrito. Tal significa que este trabalho se baseará, principalmente, em fontes de carácter privado, que nos dão uma perspectiva directa e pessoal quer dos acontecimentos, quer da opinião e interpretação dos mesmos pelos autores, uma vez que, frequentemente, estas cartas são trocadas entre camaradas e amigos. Não obstante, este tipo de fontes coloca-nos, também, algumas interrogações no que respeita à parcialidade com que os factos são tratados, e mesmo no que depende das limitações da escrita, e até da memória, do interlocutor.

No que diz respeito à imprensa, a nossa escolha dos periódicos analisados depende de duas vertentes: por um lado, a orientação política da publicação; por outro, a disponibilidade em arquivo da mesma. Não obstante, é nosso objectivo incluir o maior número possível de publicações, sejam elas de vertente sindicalista e operária, caso do jornal, *A Batalha* (Lisboa, 1919-1927), órgão da Confederação Geral do Trabalho, e do *Voz Sindical* (Setúbal, 1925-1926), órgão da União dos Sindicatos Operários de Setúbal; órgãos socialistas, como *O Trabalho: Semanário da Classe Operária* (Setúbal, 1904)⁴⁴; ou revistas temáticas sobre educação, como a *Educação Social* (Lisboa, 1924-1925) e, principalmente, a revista *Educação Popular* (Lisboa, 1922), órgão oficial da Universidade Popular Portuguesa. Paralelamente, interessa-nos alguma imprensa regional, com ênfase para o diário *O Setubalense* (Setúbal, 1916-1927) e a sua 2ª fase, surgida em 1927, com o nome *Setubalense – Diário Republicano da Noite* (Setúbal, 1927-1938).

Assim, pretende-se que o tema que nos propomos estudar fique enquadrado na historiografia. Apesar de alguns destes temas terem sido já tratados pela Academia, não encontrámos, contudo, nenhuma monografia ou dissertação específica sobre a sinergia entre o Movimento Operário, o movimento libertário e a Educação Popular, nem sobre este tema

⁴⁴ Publicação ocasionalmente apoiada pela Associação dos Soldadores de Setúbal. Cf. QUINTAS, Maria da Conceição. *Setúbal: economia, sociedade e cultura operária (1880-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p.419.

aplicado a Setúbal, sendo artigos publicados em revistas científicas os trabalhos que mais se aproximam do nosso.

Desta forma, será focada a secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa, não numa vertente analítica ou logística, mas numa perspectiva ideológica. Sendo muitos dos seus intervenientes indivíduos activos no movimento libertário, interessa-nos perceber qual foi a relação entre o anarquismo setubalense e a UPP, bem como o impacto que as dinâmicas do Movimento Operário e da política nacional, particularmente a escalada de influência do PCP e o advento das medidas repressivas das ditaduras vindouras, tiveram nestes militantes, em particular, e no movimento libertário setubalense, em geral.

Para além disso, pretendemos apresentar em anexo tabelas dos factos ocorridos relevantes para o assunto, bem como das aulas ocorridas e previstas nesta secção da Universidade Popular Portuguesa.

Não podemos assumir este trabalho como um estudo exaustivo, por um lado por ser uma dissertação de mestrado e, por outro, por nos faltarem fontes que, ou não existem, ou que não nos são acessíveis, ou que não chegamos a saber da sua existência. Para além disso, não podemos deixar de ter em conta que muitos dos documentos a que temos acesso foram alvo de censura a partir de 1926, aquando da criação da Comissão de Censura (mais tarde, Direcção-Geral dos Serviços de Censura, braço do Ministério do Interior⁴⁵) o que nos deixa um reduzidíssimo conjunto de informação livre de censura, tendo em conta o início da baliza cronológica que constitui o nosso foco de estudo (1926, ano da inauguração da secção de Setúbal da UPP). Também o facto de os movimentos libertário, operário e de educação popular terem sido alvo de vigilância por parte da PVDE, a partir de 1933, e da PIDE, a partir de 1945, revela que todo o ciclo de vida da UPP em Setúbal (bem como as actividades dos seus membros), foi afectado pela vigilância e repressão do Regime em vigor, o que limita a informação que nos é acessível.

Por outro lado, para além das nossas limitações e do nosso conhecimento, não devemos esquecer que os prazos a que este trabalho está sujeito limitam a pesquisa. Há sempre mais a ler e mais a procurar. No entanto, uma busca indefinida pelo máximo de informação impediria a execução da dissertação, e seria infrutífera, por ser certo nunca chegarmos à totalidade do conhecimento.

⁴⁵ Ó, Jorge Ramos Do. “Censura”. In ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. BRANDÃO DE (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores. 1996, p. 139.

CAPÍTULO 1 - A Educação Popular e as ideologias de suporte

1.1. A oposição da Instrução Não Formal ao Ensino Oficial: a necessidade de uma alternativa

A 5 de Outubro de 1910 rompia-se de forma definitiva com o sistema monárquico, com a implantação da República. No entanto, nenhum golpe é feito totalmente de rupturas, sendo o analfabetismo uma das mais dilacerantes continuidades no nosso país.

A herança liberal que marcou as directivas educativas da república estabeleceu a instrução como base fundamental para a prosperidade da democracia e da vida de qualquer país, defendendo a quebra com o sistema educativo da monarquia: “Para eles, a educação popular devia ser laica, democrática e nacionalista.”⁴⁶. A linha ideológica republicana pretendia, pois, o reforço total do plano educativo nacional, através do alargamento físico da rede escolar pública, bem como da criação de centros educativos independentes da teia estatal⁴⁷. Esta educação deveria dotar os cidadãos da capacidade crítica suficiente para entender a sociedade em que viviam o que, “(...) para o intérprete de hoje constitui, claramente, o recurso republicano para a inserção, nas suas próprias evidências e objectivos (...), das diversas classes sociais.”⁴⁸. Assim, a premissa republicana de que a educação era a resposta para a desconstrução da mentalidade da sociedade pré-república, marcada pelo clericalismo e pela tirania, teria resposta no apoio popular ao regime republicano, respondendo aos interesses de ambos: por um lado, a educação, por outro, a legitimação⁴⁹.

No entanto, não seriam os esforços da República que garantiriam a erradicação do problema, continuando o sistema educativo a ser alvo de duras críticas, particularmente no que tocava à educação do povo, um conceito que, pretendendo-se abrangente, acabaria por se associar particularmente às classes baixas, operárias e rurais. Esta ineficácia é espelhada numa Proposta de Lei de 1923 que pretendia uma reforma do sistema de educativo por considerar, entre outros, que:

“10. Educação Superior das Classes Populares - Apesar do zelo e da dedicação das Universidades Populares existentes a educação superior das classes populares não

⁴⁶ MÓNICA, Maria Filomena. “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX”, in *Análise Social*, vol. XVI, nº63. Lisboa: ICS-UL. 2008, p.500.

⁴⁷ PITA, António Pedro. “O poder de saber – competência e cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº27-28, 1989. Pp. 249-274, p. 251.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ MÓNICA, Maria Filomena. *op. cit.*, p.500.

é realizada conveniente e amplamente, conforme é de elevada justiça social, pelas razões seguintes:

- a) Número limitado de organismos educativos;
- b) Insignificância irrisória das verbas que são consignadas para êste efeito que não permitem alargar e intensificar a sua acção. (...)

19. Fundo da educação nacional - Os serviços da educação não têm recursos próprios e seguros que permitam realizar com continuidade e largueza um plano educativo. Estes serviços estão à mercê de contingências variadas, de orçamentos insuficientes e deficientes, sem um órgão que assegure a conveniente distribuição.”⁵⁰

Tal conjuntura, aliada a um muito fértil debate pedagógico durante a 1ª República, explicou a necessidade de uma alternativa ao Ensino Oficial, que contrariasse as falhas desta última e que garantisse a educação do povo, em geral, e do operariado em particular. É esta necessidade que explica um aumento exponencial das opções de ensino popular durante os primeiros anos da República, promovidas quer por associações populares, como confrarias ou cooperativas, quer por associações de natureza associativo-laboral, como sindicatos e associações de classe⁵¹. Particularmente no que toca à educação do operariado, a abertura de escolas nas sedes associativas e sindicais levou a que os cursos se baseassem, principalmente, no aperfeiçoamento técnico das profissões exercidas pelo seu público ou, por outro lado, na formação (e, talvez, molde) política, sindical e contestatária⁵². Não obstante, temas sensíveis ao público operário seriam igualmente tratados, sendo exemplo disso os cursos sobre doenças e, particularmente, o alcoolismo, visto pelos republicanos como a grande causa da miséria e da continuação do analfabetismo dos trabalhadores⁵³. Assim, à criação de associações recreativas, educativas e culturais, vai juntar-se uma proliferação de artigos e publicações sobre o tema e, principalmente, a criação de instituições como a Universidade Livre ou a Universidade Popular Portuguesa (as duas de maior destaque, de entre uma grande variedade de instituições congéneres), que se integram numa rede já existente de grupos com objectivos semelhantes.

⁵⁰ ICS, AHS, Espólio Pinto Quartim, Série B, Item 584, Ministério da Instrução Pública, *Reforma da educação: proposta de lei*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923.

⁵¹ SALGADO, Lucília. O Outro Lado da Educação – Para além do Instituído. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº29. Coimbra: Escola Superior de Educação de Coimbra. 1990, p.115.

⁵² CANDEIAS, António. “As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do século XX”. In *Análise Psicológica*, nº3. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1987, p.329.

⁵³ ICS, AHS, Espólio Pinto Quartim, Série B, Item 390, QUARTIM, Pinto. *O Sindicalismo e os Intelectuais*. Biblioteca Lux. 1921.

1.2. A relação intelectuais-operariado e a vontade de uma Revolução Social

A I República foi, como já referido, um período de intensa profusão ideológica, cujo debate recaiu, também, sobre a educação do povo, particularmente do operariado. Aliada ao activismo político característico dos intelectuais republicanos, a fertilidade do debate sobre a instrução nacional levou à criação de iniciativas que “(...) tinham como finalidade, para além da alfabetização, a formação, nos planos cívico e moral, dos cidadãos necessários à preservação da própria República.”⁵⁴. Desta forma, é possível afirmar que a própria ideia de Educação Popular favorecia os interesses dos republicanos uma vez que, ao moldar a opinião pública da nação, estes podiam influenciá-la a ser favorável ao novo regime, conseguindo uma legitimação enraizada na mentalidade popular o que, em última análise, garantiria a continuidade e o sucesso do sistema republicano.

Simultaneamente, a crescente dinâmica do Movimento Operário português, principalmente entre 1909 e 1919⁵⁵ vai fazer com que o operariado, só por si já numa posição de grande importância para a legitimação da República, ganhe ainda mais destaque à luz do ideário republicano. De facto, já em 1910, esta classe tinha sido um dos veículos possibilitadores da associação de anarquistas e socialistas à causa republicana, para a queda da Monarquia⁵⁶. Estabelecida a república, as franjas operárias apresentavam-se, simultaneamente, como uma garantia da legitimação social do regime e uma possível ameaça à sua estabilidade, pelas práticas de contestação aperfeiçoadas, principalmente, durante o século XIX, preocupação que se agravaria com a criação da Confederação Geral do Trabalho, em 1919.

É esta conjuntura que vai criar a necessidade de uma aproximação entre as classes operárias e os intelectuais, o que, importa referir, não significa, necessariamente, uma aproximação dos operários à situação política nacional. Nesta lógica, “(...) os intelectuais pensavam-se a si próprios como os grandes mediadores ideológicos e culturais, incumbidos (...) de elaborar precisamente a verdade e a lógica dessa unificação.”⁵⁷. Para estes teóricos, a

⁵⁴ PINTASSILGO, Joaquim. “Experiências republicanas e intervenções educativas: o exemplo da I República Portuguesa (1910-1926)”. In *História e historiografia da educação ibero-americana: projetos, sujeitos e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet-Faper- SHBE, 2012, p. 1.

⁵⁵ QUINTAS, Maria da Conceição. *Setúbal: economia, sociedade e cultura operária (1880-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 218.

⁵⁶ LOURENÇO, Maria Gabriela dos Santos. *Ideia(s) e Movimento(s): sindicalismo libertário e educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Instituto de Educação. 2015, p.17.

⁵⁷ PITA, António Pedro. “O poder de saber – competência e cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº27-28, 1989. Pp. 249-274, p. 260.

educação era um requisito fundamental para a existência de progresso, não podendo o operariado ficar à margem do mesmo. Na verdade, a educação deveria, não só possibilitar os avanços civilizacionais pretendidos, como construir o chamado “homem novo” republicano, capaz de exercer uma crítica social sólida e informada e, fundamentalmente, possibilitar a continuidade do regime⁵⁸. Por outro lado, existia uma espécie de responsabilização dos intelectuais pela miséria e ignorância do povo, explicada, exactamente, pela segmentação entre ambos. É nesta lógica que Pinto Quartim, um dos principais intelectuais portugueses e fiel militante anarquista, afirma que:

“Não é o trabalhador manual que tem de se aproximar do trabalhador intelectual, mas sim este daquele, porque tem sido os intelectuais que se tem mantido preconcebidamente, afastados do povo. (...).

Só aos intelectuaes, pois, cabe a responsabilidade da ignorancia do povo e por consecuencia dos erros e dos actos provenientes dessa ignorancia (...).”⁵⁹

São, principalmente, os intelectuais anarquistas que afirmam que este analfabetismo não se limitava, unicamente, ao ler e escrever mas, também, à capacidade de acompanhar e aceitar a evolução mental e tecnológica do início do século XX, o que impossibilitaria a transformação natural da sociedade. É, precisamente, neste ponto que a responsabilidade é partilhada com os organismos sindicais, que consideravam ter a obrigação de guiar moral e intelectualmente os seus militantes⁶⁰. De facto, o anarquismo, começando a ser a tendência ideológica dominante no meio operário português, vai assumir o sindicalismo como um veículo prestigiado de disseminação da instrução, principalmente através do estabelecimento de bibliotecas, escolas primárias e universidades populares nas suas sedes.

A instrução do operariado através de soluções de educação popular integradas nos meios sindicais seria, então, a forma privilegiada de abordar o que era considerado o maior problema comum a todos os membros da classe: a exploração, possibilitada pela sua ignorância. Esta questão remeteu os operários para uma infantilização, muitas vezes alimentada pelos próprios dirigentes sindicais⁶¹, que vêem os trabalhadores como seres não só incapazes de

⁵⁸ PINTASSILGO, Joaquim. “Experiências republicanas e intervenções educativas: o exemplo da I República Portuguesa (1910-1926)”. In *História e historiografia da educação ibero-americana: projetos, sujeitos e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet-Faper- SHBE, 2012, pp. 1-2.

⁵⁹ ICS, AHS, Espólio Pinto Quartim, Série B, Item 390, QUARTIM, Pinto. *O Sindicalismo e os Intelectuais*. Biblioteca Lux. 1921.

⁶⁰ BNL, AHS, Núcleo Augusto Ferreira, Caixa 1, Artigo do jornal *A Batalha*, 16 de Agosto de 1925.

⁶¹ MÓNICA, Maria Filomena. “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX”, in *Análise Social*, vol. XVI, nº63. Lisboa: ICS-UL. 2008, p.502.

defenderem os seus interesses, como incapazes de identificarem e reconhecerem a própria exploração. Sabemos, no entanto, que, tal visão sendo verdade, nada explicaria a adesão quase em massa ao anarco-sindicalismo nos anos anteriores e posteriores à implantação da República.

Não obstante, a instrução era, necessariamente, um instrumento necessário a várias vertentes: por um lado, facilitava a legitimação ideológica e a aceitação social do novo regime, objectivos pretendidos pelos republicanos; por outro, possibilitava a transmissão de ideais revolucionários pretendida quer pelo movimento sindical, quer pelos intelectuais e militantes anarquistas; por outro, viabilizaria a defesa e a conquista dos direitos dos trabalhadores operários, bem como a “emancipação de consciências”⁶² que elevaria a imagem social da classe operária.

Esta interligação entre intelectuais e operários, que pode ser vista como uma atitude quase “civilizadora” teve, então, o movimento sindical como um dos seus veículos, por excelência. Prova disso é a intensa actividade pedagógica que se iria desenvolver entre os dois grupos, exemplificada pelo anarquista Adriano Botelho⁶³:

“O médico João Camoesas fez várias conferências na Construção Civil, acerca da medicina no trabalho.

O Dr. Luís da Câmara Reis fez uma série de interessantes sobre questões morais e sociais na literatura. Algumas foram nos Sindicatos dos Arsenalistas.

O pedagogo Dr. Faria de Vasconcelos também fez conferências naqueles sindicatos sobre os problemas do ensino, (...).

Na Universidade Popular Portuguesa falou Gonçalves Vidal, sobre Sindicalismo Revolucionário e Juventude Sindicalista.”⁶⁴

Desta forma, do ponto de vista ideológico, era do interesse de todas as partes envolvidas a concretização da tão desejada Revolução Social. Esta deveria ser uma transformação das dinâmicas e dos estatutos sociais, subvertendo as relações de poder e reforçando o papel económico-social das classes trabalhadoras tendo, por isso, um carácter fundamentalmente emancipador⁶⁵.

Para os republicanos, uma reforma social profunda facilitaria a sua transmutação de uma sociedade submetida a um regime monárquico para a implantação de uma república que, obviamente, se pretendia sólida, duradoura e devidamente consolidada no plano internacional.

⁶² MACEDO, José de. *A Socialização do Ensino*. Lisboa: Companhia Nac. Editora. 1898, p. 10.

⁶³ Cf. Anexo D - Adriano Botelho.

⁶⁴ BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Apontamentos de Adriano Botelho sobre a colaboração de intelectuais no Movimento Operário Português, sem data.

⁶⁵ Cf. BNL, AHS, Núcleo Augusto Ferreira, Caixa 1, Artigo do jornal *A Batalha*, 16 de Agosto de 1925.

Paralelamente, o movimento sindical e os intelectuais anarquistas viam com bons olhos a possibilidade de emancipação, através da educação, das massas laborais: os primeiros, porque tal reforçaria o corpo de trabalhadores sindicalizados pela maior informação e facilidade de transmissão das ideias pretendidas, para além de que a educação dos trabalhadores reforçaria a legitimidade do papel dos corpos sindicais enquanto elementos de resistência e luta políticas; os segundos, porque a instrução do Homem pelo seu próprio interesse, na senda da auto-educação, seria um passo na direcção do Homem livre das teias e influências do Estado, com uma consciência individual e política desenvolvidas e capaz de exigir e defender os seus direitos de forma justa e informada não só no mundo do trabalho, mas em todas as dimensões da sua vida. Tal, em última análise, contribuiria para uma sociedade futura idílica, marcada pela liberdade e possibilitada pelo aperfeiçoamento individual, que tornaria obsoleta qualquer autoridade externa à regulação natural da sociedade⁶⁶.

Resta referir, por último, que a Revolução Social era favorável, também, à classe operária: por valorizar a instrução como um veículo para a sua concretização, criava-se a ideia de que seria, no futuro, mais fácil colmatar as falhas (ou inexistência) de educação deixadas por um sistema oficial que perpetuava o determinismo social dos membros das classes mais baixas. A sua formação reforçaria, ainda, a sua capacidade reivindicativa (que não se pode dissociar do movimento sindical) e a defesa dos seus direitos, o que, por conseguinte, melhoraria as suas condições de vida. Tal significaria uma capacitação dos operários e o reconhecimento das suas valências, para além do trabalho que desempenhavam diariamente: “Em suma, os operários, depois de por tanto tempo se terem imaginado condenados ao papel de instrumentos, querem tornar-se inteligências para ser ao mesmo tempo inventores e executores das suas obras.”⁶⁷.

⁶⁶ ICS, AHS, Espólio Pinto Quartín, Série B, Item 7, PELLOUTIER, Fernando. *A União dos Sindicatos e a Anarquia*. Lisboa: Lima da Costa, 1900?.

⁶⁷ *Ibidem*.

CAPÍTULO 2 - A Universidade Popular Portuguesa e a cidade de Setúbal

2.1. Porquê Setúbal?

A Universidade Popular Portuguesa primava, nos seus objectivos, por englobar todo o povo no seu público alvo, não destacando nenhum grupo em particular. No entanto, houve uma nítida aproximação aos trabalhadores, por razões já exploradas, para a realização da obra social pretendida. Paralelamente, nos Estatutos institucionais, aprovados em 1924, explicita-se: “Art. 3 - A Universidade tem a sua sede em Lisboa, mas a sua acção estender-se-á a todo o território que constitui a Nação Portuguesa e a todos os pontos do estrangeiro onde haja colónias portuguesas.”⁶⁸. Não havendo registo da chegada da acção da U.P.P. às antigas colónias, foram, no entanto, abertas pelo país várias secções para o desenvolvimento das suas actividades, em sedes sindicais ou de associações de classe, permitindo uma comunicação privilegiada com o operariado, que possibilitaria a concretização dos seus objectivos.

Ora, a cidade de Setúbal foi, durante a segunda metade do século XIX e boa parte do século o XX, uma das zonas de maior crescimento e desenvolvimento em torno de actividades industriais do país, quer económica, quer demograficamente, tendência que se intensificou com a construção do porto de Setúbal e o desenvolvimento em seu torno de uma muito fértil actividade conserveira: “Deste modo Setúbal, de comunidade rural e piscatória tradicional, em poucos anos, vai passar a espaço fabril e urbano, transformando-se num importante centro daquela indústria.”⁶⁹. Para tal, contribuíram as injeções de capital francês, na tentativa colmatar a própria falta de alimentos em conserva, particularmente de sardinha⁷⁰. O desenvolvimento industrial da cidade acompanhou os ritmos da industrialização europeia, introduzindo-se os métodos tecnológicos da mecanização e das máquinas a vapor em todo o processo de fabrico de conservas⁷¹. Este ciclo atingiria o seu ponto de produção máximo durante os anos da 1ª Guerra Mundial, o que se explica pela “(...) necessidade de consumo das tropas em combate nas trincheiras das nações aliadas e [pela] progressiva desvalorização do escudo,

⁶⁸ Estatuto da Universidade Popular Portuguesa aprovado em... 1919, Universidade Popular Portuguesa, Tip. da Assoc. dos Comp. Tipograficos, Lisboa, 1925.

⁶⁹ COSTA, Albérico Afonso, “*O Germinal*, um roteiro acrata para a revolução social”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016, p. 8.

⁷⁰ FARIA, Carlos Vieira de. *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981, p. 45.

⁷¹ FERREIRA, Diogo. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário. 2017, p. 62.

entre 1914 e 1924.”⁷². Em 1926 a cidade seria, assim, elevada a capital de distrito. Não obstante, o número de empresas ou consórcios conserveiros iria diminuir drasticamente com a entrada na década de 1930, devido ao sobrecarregar do mercado e à escassez de peixe, resultado da sobre-exploração⁷³.

O carácter mono-industrial da cidade, nas primeiras décadas do século XX, vai levar à criação de um corpo laboral muito concentrado e debruçado sobre si próprio, o que, naturalmente, facilitou o contacto entre os seus membros e a propagação de princípios ideológicos, que se tornam comuns a quase todos os trabalhadores. Para tal contribuiu, igualmente, a baixa mobilidade social, o que levou a que as famílias de trabalhadores operários ou pescadores não tivessem grande variedade de profissões entre as diferentes gerações⁷⁴. Disto resulta uma maior comunicabilidade entre a massa laboral, com “(...) o sindicalismo revolucionário e o anarquismo como pensamentos hegemónicos na direcção das principais associações operárias (...)”⁷⁵.

É neste âmbito que o movimento associativo setubalense ganha dinamismo, desenvolvendo-se a par, e com relações de cooperação e interdependência, das associações de classe e sindicatos. Este não era um movimento de associação simples dos trabalhadores de ofícios semelhantes, mas sim um agrupamento com programas doutrinários bem definidos e que garantiam a transmissão de valores e o debate ideológico do socialismo, do republicanismo e, principalmente, no caso de Setúbal, do anarquismo⁷⁶. De facto, a própria Confederação Geral do Trabalho defendia a obrigação da instrução dos trabalhadores por parte das agremiações laborais, afirmando que:

“Este organismo tem procurado, quando organiza sindicatos em qualquer localidade do país, que êstes organismos exerçam simultâneamente a função de defesa e de combate, considerando que para um e outro objectivos se conseguirem é indispensável a instrução e a educação. E’ assim que no modelo de estatutos para

⁷² FERREIRA, Diogo. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário. 2017, p. 63.

⁷³ FARIA, Carlos Vieira de. *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981, p. 48.

⁷⁴ PEREIRA, Joana Dias. “Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016, p. 269.

⁷⁵ FERREIRA, Diogo. *op. cit.* p. 101.

⁷⁶ FERNANDES, Rogério. “As universidades livres e populares em Portugal e o problema da cultura popular”, in *Vértice*, nº117, II Série. Lisboa: Editorial Caminho, S. A. 2004, p. 92.

os mesmos inscreveu também como fins dos sindicatos a instituição de escolas de ensino primário e profissional, bibliotecas e gabinetes de leitura, a realização de conferências sobre todos os problemas que interessam à inteligência e ao sentimento das massas sindicalizadas. Dêste modo os sindicatos seriam ao mesmo tempo organismos de resistência e de cultura operária.”⁷⁷

Desta forma, o desenvolvimento industrial e económico da cidade é acompanhado, e potenciado, por uma massa trabalhadora com uma lógica associativa em crescimento, o que promoveu um maior interesse pelas questões intelectuais: “A cidade do início do século é marcada por um grande número de associações mutualistas e sindicais que lhe dão um traço de rebeldia que se manterá no seu ADN cidadão.”⁷⁸. Esta dinâmica, aliada a uma crescente militância política, foi alimentada por uma imprensa operária cada vez mais variada, que ia ao encontro da vontade de cultivo moral e cultural sentida pelos trabalhadores, que lhes permitiria dar resposta à premissa marxista que relacionava a falta de instrução com a exploração laboral e a alienação dos seus direitos.

Para além do analfabetismo, problema, aliás, comum a toda a nação, as más condições de vida causadas por salários diminutos, por extensas jornadas de trabalho (muitas vezes entre as 10 e as 12 horas⁷⁹), pela escassez de alimentos e por doenças como a tuberculose e o alcoolismo, levaram os trabalhadores setubalenses a reivindicarem, através, principalmente, de acções grevistas, melhores condições laborais, que, conseqüentemente, melhorariam as suas condições gerais de vida. O desenrolar da 1ª Guerra Mundial dificultou o abastecimento de alimentos e bens de primeira necessidade, situação que se agravaria com a entrada de Portugal no conflito. A cidade de Setúbal foi, também, afectada, por um conjugar de factores como a inflação desmedida, a impossibilidade de abastecimento pelo deteriorar das infraestruturas de transportes e pela apropriação dos bens pelos grandes produtores⁸⁰: “A proximidade geográfica à capital não foi sinónimo de privilégio na recepção de produtos e os vários momentos de crise de subsistência germinaram um Movimento Operário e social altamente reivindicativo e marcado por violência.”⁸¹.

⁷⁷ BNL, AHS, Núcleo Augusto Ferreira, Caixa 1, Artigo do jornal *A Batalha*, 16 de Agosto de 1925.

⁷⁸ COSTA, Albérico Afonso, “*O Germinal*, um roteiro acrata para a revolução social”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016, p. 8.

⁷⁹ COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 10.

⁸⁰ FERREIRA, Diogo. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário. 2017, p. 93.

⁸¹ FERREIRA, Diogo. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário. 2017, p. 94.

Tal explica, em parte, a fortíssima adesão dos trabalhadores de Setúbal ao movimento associativo e sindical, uma vez que as suas lutas necessitavam do reforço que as agremiações laborais comportavam.

Simultaneamente, não era uma tarefa fácil granjear o apoio à República no seio das massas trabalhadoras de Setúbal. Na verdade, desde o início do regime que se tinha criado um fosso entre o Movimento Operário em geral e o poder republicano (situação que não era, claro está, agilizada pela influência dos ideais anarquistas): “Em 13 de março de 1911, a intervenção da recém-criada Guarda Republicana para reprimir uma greve das operárias conserveiras setubalenses, atuando com desmedida violência e brutalidade, vai provocar a morte de Mariana Torres e de António Mendes.”⁸². A morte dos dois trabalhadores ditou uma oposição definitiva entre os dois flancos, particularmente inflamada no caso dos militantes anarquistas, que poderia, possivelmente, ser restaurada parcialmente pela presença da Universidade Popular Portuguesa na cidade, uma vez que esta assumiu constantemente uma imagem de neutralidade política, a par de promover um possível reencontro entre intelectuais e operários, que favoreceria ou, no mínimo, amaciaria, a imagem da República junto dos últimos.

Com efeito, as organizações tanto de natureza sindical, como ligadas à educação popular, propagaram-se na cidade de Setúbal durante os anos da 1ª República, atingindo o seu auge na segunda década do século. O elo entre ambas possibilitou, por um lado, algumas melhorias de vida dos trabalhadores, bem como o reforço da sua luta e dos métodos de contestação que viriam a ser aperfeiçoados e, mais tarde, usados na contestação ao Estado Novo. “Nada de mais natural, portanto, que o número de escolas sindicais aumente com o crescimento da própria organização operária.”⁸³. A grande variedade de imprensa local, bem como a abundância de associações de classe e de colectividades várias de recriação popular mostram a grande adesão dos habitantes da cidade ao conceito de Educação Popular, o que também facilitaria a implantação da secção da U.P.P. no território.

Paralelamente, a partir de 1924, um outro factor influenciaria a escolha de Setúbal para a criação de uma nova secção: a entrada para o Conselho Administrativo da U.P.P. de militantes

⁸² COSTA, Albérico Afonso, “*O Germinal*, um roteiro acrata para a revolução social”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016, p. 22.

⁸³ CANDEIAS, António. “As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do século XX”. In *Análise Psicológica*, nº3. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1987, p. 334.

sindicalistas e anarquistas⁸⁴. Ora, sabendo que a cidade era, no geral, afectada aos ideais anarquistas, com particular foco para o chamado Movimento Operário, (que seria, aliás, o protagonista de todo este processo), foi natural o surgimento da secção de Setúbal em 1925, uma vez que muitos dos militantes que integravam, agora, a administração da Universidade, tinham ligações ao movimento libertário setubalense. Assim, estando a maioria dos trabalhadores na esfera de influência do anarquismo, e tendo a U.P.P. reconhecidas figuras do movimento, seria mais fácil granjear apoios e garantir a sua frequência das conferências que seriam promovidas.

Desta forma, Setúbal era uma extensão natural das dinâmicas da U.P.P., reunindo todos os requisitos e todas as condições favoráveis ao sucesso das suas atividades.

2.2. A secção de Setúbal

O facto de apresentar preocupações relativas à formação cultural e à instrução dos trabalhadores é o que vai motivar a aproximação da U.P.P. no seio do Movimento Operário e, por sua vez, a sua vontade de se estender para outros locais, que não Lisboa, vai motivar a abertura, entre outras, da secção de Setúbal. Tal resultou de uma concertação entre a própria Universidade, os sindicatos e associações de classe e os seus membros.



Fig. 2.1 - Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar (vista interior da sede), Setúbal, c. 1977

Fotografia de Rui Mouzinho.

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=112

Consultado em 31 de Agosto de 2018

A ideia inicial de abertura desta secção será de 1922, embora se saiba que o início dos trabalhos datará apenas de 1924, ano em que estabelecerá na sede da Associação de Classe dos

⁸⁴ BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Vol. 1. FCSH-UNL, Lisboa, 1994, p. 93.

Trabalhadores do Mar⁸⁵. Para além dos sindicatos e das associações de classe, esta secção contava, igualmente, com o apoio de associações desportivas locais e da Câmara Municipal de Setúbal, para o seu patrocínio⁸⁶, o que pode, ou não, ter-se concretizado. Sabe-se no entanto, que esta Associação de Classe não só apoiou, como cedeu as suas instalações para a realização de várias conferências da Universidade Popular Portuguesa.

A Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar (também denominada “Associação de Classe dos Marítimos de Setúbal” e “Casa dos Pescadores”, durante o Estado Novo) era, pois, uma das principais agremiações de trabalhadores da cidade. Segundo uma carta de Jorge Quaresma a Edgar Rodrigues⁸⁷, ambos fiéis militantes anarquistas, a Associação teve início nos primeiros anos da 1ª República, ganhando grande importância, em parte pela obra de instrução dos filhos dos pescadores seus associados:

“(…) A “Associação de Classe dos Marítimos de Setúbal”, em edifício próprio, de 2º andar alto e com características modernas daquele tempo, é inaugurada em 12 de Outubro de 1912, com uma sessão, na sua imensa sala de sessões, onde interferiram como oradores os camaradas [anarquistas] Adriano Botelho, cunhado de Neno Vasco, e o jovem estudante Aurélio Quintanilha e outros elementos de Setúbal, também se apresentou um vereador da Câmara Municipal de Setúbal, o qual segundo me informou o Adriano Botelho, se referiu elogiosamente e admirado, não só pela obra monumental daquele como pelo acometido de tal alta latitude e o idealismo de gente tão simples que revelava assim ter um sentido tão elevado da vida. Mais tarde, em Julho de 1916, aberta, a mais bela escola de instrução primária de todo o país, para ser frequentada pelos (?) filhos dos (?) pescadores, que enfrentavam os temporais da Costa Galé (...).”⁸⁸

A Associação, situada no actual Largo José Afonso foi, igualmente, local de reunião dos trabalhadores, tendo, em 1914, acolhido o primeiro Congresso dos Trabalhadores Marítimos⁸⁹.

⁸⁵ QUINTAS, Maria da Conceição, BALTAZAR, Patrícia. “Universidade Popular de Setúbal”. In Comissão Organizadora do Congresso A Vida da República Portuguesa: 1890-1990. *A Vida da República Portuguesa: 1890-1990*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora. 1991, p. 116.

⁸⁶ *Idem*, p. 117.

⁸⁷ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Carta a Edgar Rodrigues, Cova da Piedade, 24 de Maio de 1974.

⁸⁸ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Carta a Edgar Rodrigues, Cova da Piedade, 24 de Maio de 1974.

⁸⁹ FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 30.

Para além das aulas dadas aos filhos dos seus associados e das conferências da U.P.P., a sua sede deu lugar, ainda, a vários cursos de esperanto abertos à população setubalense.

A duração das actividades da secção setubalense da U.P.P. é relativamente incerta. Enquanto que algumas indicações apontam para que esta tenha funcionado durante três anos⁹⁰, outras afirmam que a secção continuou a disponibilizar os seus serviços até ao início da década de 1930⁹¹, o que corrobora a hipótese de ter sido um espaço de contestação à Ditadura e de resistência política nos primeiros anos do Estado Novo.

Não obstante, sabe-se que a secção de Setúbal garantia a realização de conferências na sala de maiores dimensões do edificio da Associação de Classe, que seria, igualmente, palco das Assembleias Gerais e de reuniões da Direcção da mesma⁹². Apesar da dependência directa da sede lisboeta, a secção setubalense dispunha de corpos dirigentes próprios, bem como de um bibliotecário, embora os seus nomes não sejam conhecidos⁹³. A primeira conferência data de 11 de Janeiro de 1925, da responsabilidade do Dr. Ferreira de Macedo⁹⁴.

As conferências versavam os mais variados assuntos, com alguma adaptação aos problemas sociais específicos da cidade, de que são exemplo os dedicados aos temas do alcoolismo, a tuberculose, os cuidados pueris ou a mortalidade infantil. Não obstante, para além de aulas informativas sobre os objectivos e a importância da Educação Popular, eram, igualmente, versados temas gerais, como a História de Portugal, a Literatura, a História Local, a Ciência ou o Desporto. No entanto, as conferências de maior destaque e interesse são as dedicadas à formação ideológica da população, que indiciam a penetração dos valores anarquistas e contestatários na gerência da secção. Estas palestras vão tornar-se mais frequentes a partir da década de 1930, com o advento do Estado Novo, sendo seus exemplos a conferência de César Porto, a 18 de Maio de 1930, a intervenção de Bento de Jesus Caraça, de 21 de Março de 1931 e, de particular destaque tendo em conta o desenrolar dos acontecimentos nos anos que

⁹⁰ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de António Augusto Neves por Jorge Quaresma, sem data.

⁹¹ FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *op. cit.*, p. 63.

⁹² BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

⁹³ BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Vol. 2. FCSH-UNL, Lisboa, 1994, p. 39.

⁹⁴ QUINTAS, Maria da Conceição, BALTAZAR, Patrícia. “Universidade Popular de Setúbal”. In Comissão Organizadora do Congresso A Vida da República Portuguesa: 1890-1990. *A Vida da República Portuguesa: 1890-1990*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora. 1991, p. 117.

se seguiriam, as aulas de 6 e 13 de Junho de 1931, leccionadas por Avelino Cunhal, sobre “A Luta pelo Direito” e “A Luta pela Paz”, respectivamente⁹⁵. A enorme variedade de temas, a par dos já referidos, e a sua importância para a formação do povo setubalense é, assim, descrita por Jorge Quaresma, destacado anarquista da cidade:

“(…) Foi pois o excelente e bondoso e idealista Dr. Ferreira de Macedo autor de um belo folheto, que já te ofereci que chama: “Educação ao Povo”, decerto que te lembrás, pois foi uma conferência brilhante, humana e de ensino, mais, em Portugal temos tido homens intelectuais, de um grande valor verdadeiramente progressistas na expressão sincera e digna (...): sim, podemos ter orgulho e satisfação de verdadeiras mentalidades e honestidades, Intelectuais que eram nossos irmãos em objectivos. (...). Vou lembrar-me das conferências que se seguiram: As vitaminas na alimentação, pelo Dr. Ferreira Mira, (...).

O Dr. Luís Câmara Reis, da Seara Nova também, leu-nos um trecho da obra de Emílio Zola, “O Germinal” (...). Pode dizer-se que foi uma “leitura histórica”, para as (?) da Secção de Setúbal da U.P. Portuguesa, (...).

Também deu uma conferência: o Dr. Bento de Jesus Caraça Director das Edições: Cosmos, foi também uma brilhante conferência: “Sobre o Belo”.

Também fez uma conferência a Sra. D. Vitória Pais, professora, sobre o tema: “O Desporto”, em que com muita lógica se referiu aos perigos eminentes do exagero desportivo (...), o que não foi do gosto dos doidos do desporto. (...).

O Tenente Latas, um daqueles que conseguiu fugir à limpeza do “Dente de Ouro” na trágica noite de 19 de Outubro de 1921, intentona monárquica, ofereceu-se, para realizar uma conferência sobre o “Alcool”, aceitamos, e foi de facto, interessante, e até moral.”⁹⁶

As conferências organizadas pela secção de Setúbal possibilitaram um contacto até então residual (ou mesmo inexistente) entre os trabalhadores setubalenses e os intelectuais nacionais, sendo vários os casos de Professores que se deslocavam propositadamente às várias secções para desempenhar as suas funções no âmbito da U.P.P.. Para além disso, a secção

⁹⁵ Cf. anexo B - “Conferências na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa” e anexo C - “Conferências previstas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa”.

⁹⁶ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

O Tenente “Viegas Lata” foi um dos sobreviventes da intentona monárquica de 19/10/1921. Cf. Debate Parlamentar, Diário do Senado, Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº1, Nº053, 26 de Junho de 1923.

representou um novo espaço de sociabilidade para o povo setubalense, no qual era incentivado o debate político e intelectual. O efeito na população da cidade foi, ainda, potenciado pelo carácter gratuito dos serviços oferecidos pela secção à semelhança, aliás, de todas as dependências da Universidade.

Das instalações da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, toda a actividade da Universidade Popular Portuguesa em Setúbal passaria, a 18 de Maio de 1930, para a sede da Sociedade Promotora de Educação Popular, com a realização da conferência “A Paz e a Guerra”, da autoria de César Porto.

Também a data da fundação desta instituição é incerta, sendo apontados os anos de 1918 e 1920⁹⁷, bem como o ano de 1926⁹⁸ para o início das suas actividades. A associação das duas organizações talvez tenha sido facilitada pela proximidade de interesses e objectivos, tendo a Sociedade Promotora, igualmente, fins culturais e educativos, com o povo, particularmente a massa trabalhadora, como principal público alvo. Para além da formação de adultos, “(...) possui escola primária, realiza conferências e sustenta um grupo cénico.”⁹⁹. Além do mais, a Sociedade, situada na Rua Antão Girão, foi dinamizada por figuras da cena política setubalense que estavam envolvidos tanto no movimento anarquista, como na própria secção da Universidade, como Francisco José de Brito Júnior, ou José Artur, contactos que, de certo, facilitaram a transferência da secção da Associação de Classe para as instalações da Sociedade. Prova desses contactos é o relato de Jorge Quaresma, filho do último:

“(...) Mais tarde, as conferências da Secção da Universidade Popular Portuguesa de Setúbal, foram realizadas nesta grande sala, com muita assistência, e depois, continuara a dar-se, mas, já então, na nossa, nova instituição: Sociedade Promotora de Educação Popular (Secção de Setúbal), sita na Rua Antão Girão (...)”¹⁰⁰.

⁹⁷ FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 64.

⁹⁸ QUINTAS, Maria da Conceição, BALTAZAR, Patrícia. “Universidade Popular de Setúbal”. In Comissão Organizadora do Congresso A Vida da República Portuguesa: 1890-1990. *A Vida da República Portuguesa: 1890-1990*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora. 1991, p. 120.

⁹⁹ FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

¹⁰⁰ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Xavier Correia por Jorge Quaresma, sem data.

Certo é que tal aconteceria até, pelo menos, 18 de Junho de 1931, data do registo da última conferência da dependência setubalense da Universidade, sujeita ao tema “O culto da religião pagã e a sua influência na Sociedade, por Joaquim Inácio Ameixa¹⁰¹”.

¹⁰¹ Cf. anexo B - “Conferências na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa” e anexo C - “Conferências previstas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa”.

CAPÍTULO 3 - Da liberdade à educação – o anarquismo e a secção de Setúbal

3.1. O libertarismo e o anarquismo setubalenses entre a 1ª República e o advento do Estado Novo

Na primeira metade do século XX, o anarquismo foi uma das correntes com maior número de militantes do país. Na temática que procuramos aqui estudar, foi, pois, a mais importante. O anarquismo português ligou-se intimamente aos desígnios revolucionários, sendo a sua contribuição inalienável para os desenvolvimentos políticos da 1ª República, e mesmo de todo o processo de preparação do Estado Novo. Ligado intimamente à conceptualização, mas também à prática revolucionárias, o anarquismo adoptou as causas sociais que afectavam a população, particularmente as más condições de vida e de trabalho das classes mais baixas bem como, mais tarde, a repressão do sindicalismo livre.

O movimento usou a imprensa como meio privilegiado de propagação, criando publicações jornalísticas, sindicalistas e revolucionárias. A sua periodicidade permitia o acompanhamento regular da actualidade pelos militantes, bem como o enraizar da cultura e do ideário anarquista. Exemplo disso, a nível nacional, é o sucesso do jornal *A Batalha*, que se afirmou no panorama nacional como a publicação anarquista por excelência¹⁰². Não obstante, o principal veículo de transmissão ideológica era oral, permitindo uma adaptação do discurso ao seu público, normalmente composto por grupos de militantes. Tal resulta numa fortíssima relação com diversos espaços de sociabilidade, quer de carácter laboral, como sindicatos ou associações de classe, quer de carácter recreativo: “De certa maneira, o bom militante era aquele que sabia falar bem em público.”¹⁰³. Nestes espaços, para além dos debates sobre os acontecimentos sociais e políticos do país ou conceitos ideológicos, cabiam peças de teatro, récitas de poesia ou momentos musicais.

O anarquismo português foi muito influenciado pelas linhas ideológicas de Kropotkine e Bakunine. Assim, Neno Vasco, um dos mais destacados militantes portugueses, definiu os conceitos de anarquia e de anarquismo, como se segue:

“Anarquia - ausência de govêrno e de leis impostas pela violência; sociedade regida pelo acôrdo livre e voluntário. A palavra Anarquia, de origem grega, significa simplesmente sem governo, e é a crença errônea de não poder haver ordem sem

¹⁰² FREIRE, João. “Os Meios de Difusão do Anarquismo em Portugal no Princípio do Século XX”. In MONTEIRO, Bruno (Org.), PEREIRA, Joana Dias (Org.). *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. S.l. S.e. 2013, p. 256.

¹⁰³ *Idem*, p. 257.

governo que lhe deu o sentido de “desordem”. A mesma sorte teve por muito tempo a palavra republica. A ordem é inerente à sociedade e não é um governo que a poderá garantir, antes pelo contrário.

Anarquismo - doutrina segundo a qual todas as formas de governo assentam sobre a violência e são desnecessárias e nocivas; método de acção e organização baseado sobre a autonomia e a livre iniciativa dos indivíduos e dos grupos, excluindo a delegação de poder (eleição ou nomeação de qualquer autoridade, ou de qualquer fautor de leis obrigatórias).”¹⁰⁴

Estas definições respondiam à ideia de aperfeiçoamento geral da humanidade, fruto da sua evolução, defendidas pelos ideólogos referidos. A ausência de governo seria, então, o auge natural de uma sociedade que avançava no caminho pretendido, tornando o estado e os governos entidades obsoletas, o que levava os militantes à recusa terminante do “carreirismo”, no sentido da persecução de uma carreira política apenas pelo prestígio e os benefícios consequentes¹⁰⁵. Assim, “No movimento anarquista, na medida em que a actividade revolucionária não é paga em “dinheiro”, ela apenas dá ao militante a satisfação pessoal do dever cumprido.”¹⁰⁶. Tal deveria garantir o equilíbrio, a parcialidade e a honestidade do trabalho do militante.

Nesta lógica, o movimento anarquista português aliou-se, principalmente, à causa dos trabalhadores, tornando-se esta a grande fatia da sua base social de apoio. A sua vertente prática basear-se-ia em duas linhas de acção: a melhoria das condições de vida da classe; a valorização da educação. No que diz respeito à primeira, foi natural uma associação ao movimento sindical, uma vez que, além de muitos dos militantes anarquistas serem, na verdade, anarco-sindicalistas, a aproximação às associações laborais proporcionaria uma grande afinidade com os trabalhadores. Na verdade, esta época foi profundamente marcada pela I Guerra Mundial e pelo seu período pós-guerra, o que causou a deterioração das condições de vida da população portuguesa, sendo o boicote à guerra e a deserção dos jovens portugueses um dos temas mais comuns da propaganda anarquista do período¹⁰⁷. Paralelamente, defendia a maior autonomia

¹⁰⁴ ICS, AHS, Espólio Pinto Quartin, Série B, Item 127, CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. *As Doutrinas Libertárias: breve exposição e definições*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio. 1913.

¹⁰⁵ FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona. 1988, p. 46.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 48.

¹⁰⁷ COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 14.

possível do operário, para que este ganhasse um conhecimento prático superior ao do seu patrão, conseguindo tornar a sua figura obsoleta¹⁰⁸, numa lógica de mimetismo da sociedade pretendida pelo anarquismo. Por outro lado, a valorização da educação foi outro dos pilares da acção do movimento anarquista, tomando um papel central na acção anarquista. Esta deveria ser anti-clerical e anti-autoritária, devendo reger-se pelos princípios do racionalismo (por oposição aos cânones religiosos) e da justiça, de forma a superar as dificuldades de vida do operariado causadas pela sua exploração¹⁰⁹. Assim, o movimento anarquista reforçava a importância da cultura individual, quer intelectual, quer ética, dando valor ao esforço da auto-educação. Para tal, o operário deveria recorrer à literatura para cultivar em si próprio os valores da preservação da natureza humana, da igualdade, da liberdade e da emancipação, que levariam a uma nova sociedade, equilibrada e justa, criada pelos próprios indivíduos¹¹⁰.

Para a concretização dos princípios pretendidos era essencial uma aproximação ao Movimento Operário, concretizada pela associação aos sindicatos. Assim:

“Não tendo ante si mais que um fim, melhorar cada dia mais as condições da classe trabalhadora até à conquista integral do bem estar e da liberdade, baseando-se unicamente nas forças operárias organizadas, o sindicato apresenta-se-nos como a organização por excelência, e a única que corresponde a todas as necessidades e a todas as aspirações dos trabalhadores e precisamente por isto, é competente para desempenhar todas as funções da luta anticapitalista.”¹¹¹.

De facto, as organizações sindicais deste período estavam fortemente influenciadas pelas ideologias revolucionárias e anarquistas, uma vez que o movimento aproveitou a associação dos trabalhadores para granjear apoiantes e reforçar-se a si próprio e pôr em acção a sua ideologia: “Este proletariado, que o radicalismo sindicalista e anarquista influencia, vai ter grande capacidade de impulsionar fortes mobilizações populares e de liderar as principais reivindicações operárias nos dois primeiros anos a seguir à implantação da República.”¹¹². Este período foi, pois, o auge do Movimento Operário e sindical e, conseqüentemente, da actividade

¹⁰⁸ FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona. 1988, p. 44.

¹⁰⁹ CANDEIAS, António. “Movimento operário português e educação (1900-1926)”. In *Análise Psicológica*, II(1). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1981, p. 47.

¹¹⁰ LOURENÇO, Maria Gabriela dos Santos. *Ideia(s) e Movimento(s): sindicalismo libertário e educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Instituto de Educação. 2015, p.30.

¹¹¹ ICS, AHS, Espólio Pinto Quartin, Série B, Item 95, FABRI, Luis. *O Sindicalismo*. Lisboa: A. Machado, 19--.

¹¹² COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 14.

anarquista no país. Não obstante o carácter individual da sua linha ideológica, vai funcionar em associação a uniões, chegando a existir cerca de 500 organizações libertárias, que não se organizavam, porém, por critérios profissionais, do fim do século XIX a 1936¹¹³, entre as quais a Federação Anarquista da Região do Sul, à qual pertenciam vários dos militantes que se cruzaram com a secção de Setúbal da U.P.P..

Por outro lado, a ocupação de cargos estratégicos nas associações operárias por vários militantes fortaleceu a sinergia entre os dois movimentos, o que levou a que, em 1919, com a criação da Confederação Geral do Trabalho, em substituição da extinta União Operária Nacional, ganhasse, igualmente, tendências libertárias, expressas no órgão de imprensa oficial, o jornal *A Batalha*. Não foi, portanto, uma surpresa que o antigo dirigente da U.O.N., o anarquista Alexandre Vieira, cedesse o lugar a uma das maiores figuras do movimento anarco-sindicalista português, Manuel Joaquim de Sousa. Tampouco seria inequívoca a participação, no Congresso de Coimbra, de José Carlos Rates, posteriormente Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

A cidade de Setúbal foi, pois, um dos palcos de maior destaque do movimento libertário. Tal explica-se, em parte, pela forte industrialização da cidade, a par das actividades marítimas, o que significou uma massa trabalhadora abundante, no seio da qual o anarquismo se afirmou, dando origem a um dos movimentos sociais mais activos do país.

Apesar da fome e das carestias marcarem a vida dos trabalhadores setubalenses do início do século XX, à imagem do que acontecia no resto do país, a I Guerra Mundial agravou muito as suas condições de vida, sendo o quotidiano marcado por “Açambarcamentos, mercado negro, salários escassos para preços altos, prisões, deserções, protestos e manifestações contra a participação de Portugal no conflito (...)”¹¹⁴. Porém, a oposição entre a cidade e a República tinha sido já afirmada em 1911, aquando dos “Fuzilamentos de Setúbal”, em grande parte alimentada pela corrente anarquista, que incentivava a contestação operária e a defesa da capacidade dos trabalhadores garantirem a sua emancipação do jugo da luta de classes.

Setúbal era, desta forma, um dos focos principais do anarquismo português, ocupando, durante este período, o 3º lugar na lista das cidades com maior número de grupos libertários¹¹⁵,

¹¹³ FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona. 1988, p. 12.

¹¹⁴ COSTA, Albérico Afonso. *op. cit.*, p. 14.

Acerca do impacto da I Guerra Mundial na cidade, cf. FERREIRA, Diogo. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário. 2017.

¹¹⁵ FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona. 1988, p. 40.

muito associados aos sindicatos e associações de classe da cidade. Estes vão ser espaços de associação operária voluntária, com fortes programas de dinamização cultural, debate e intervenção política, em que os anarquistas participavam quer como associados, quer como membros das associações. São alguns dos seus exemplos a secção da U.P.P., instalada na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, a Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalenses, a Escola Liberal, que partilhava o espaço com a sede do jornal *Germinal* e a Sociedade de Instrução e Beneficência “*Germinal*”; a sede do Sindicato dos Sapateiros, a sede do jornal *Voz Sindical*, órgão de imprensa da União dos Sindicatos Operários de Setúbal¹¹⁶, o Ateneu de Estudos Sociais, ou o Centro de Recreio e Propaganda Livre de Setúbal, iniciativa dos anarquistas locais para a formação intelectual da cidade¹¹⁷.

No entanto, não só de instituições se fazia a actividade anarquista de Setúbal: um dos principais pontos de reunião na cidade era a barbearia de José Artur Quaresma (pai do militante Jorge Quaresma), a par de outros espaços de sociabilidade de carácter mais informal, como cafés, bandas filarmónicas, a oficina do sapateiro e militante anarquista António Francisco de Sousa¹¹⁸.



Fig. 3.1 - José Artur Quaresma, Setúbal, s.d.

Origem desconhecida

Disponível em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/indexFi>
g. 3.3 - Emídio Santana, s.l., c.1980.onsultado em 31 de Agosto de 2018

¹¹⁶ Cf. FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

¹¹⁷ FREIRE, João Carlos de Oliveira Moreira. *Ideologia, ofício e práticas sociais: O anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1988, p. 70.

¹¹⁸ Cf. FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *op. cit.*

3.2. Os anarquistas e a Universidade Popular Portuguesa - que relação?

Como já referido, a formação intelectual e cultural era um dos temas basilares para o movimento anarquista, sendo que a auto-educação era um dos requisitos para a concretização da nova sociedade a que almejavam. Nesta lógica, as várias Universidades de ensino popular contaram com vários militantes libertários para a sua dinamização. Tal não foi diferente na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa.

Tanto a União dos Sindicatos Operários, como a sua descendente Confederação Geral do Trabalho tomaram iniciativas no sentido de possibilitar a educação dos trabalhadores, sob a influência dos ideais anarquistas. Já em 1921, a U.S.O. tinha mostrado interesse em cooperar com a U.P.P. para a expansão das suas actividades, considerando-a responsável pela educação do operariado, que deveria estar organizado por classes em sindicatos afectos à sua organização¹¹⁹. Não assumindo nenhuma posição política, a U.P.P. não deixa, assim, de contribuir para os interesses de formação do operariado, respondendo à sua necessidade de instrução e cultura para possibilitar a tão pretendida emancipação, com a abertura de secções, das quais a de Setúbal é apenas um exemplo. É, porém, única, no que toca à enorme intrusão anarquista no seu seio, resultante de todo o contexto político da cidade.

Esta lógica iria ter continuidade durante o período de extinção da U.S.O. e a criação, em 1919, da Confederação Geral do Trabalho. Prova disso são as directrizes afirmadas no Congresso Confederal de Santarém, em 1925, que assentam em três pontos: “a) Caracterização crítica e rejeição do modelo educativo estatal oficial; b) Definição teórica, pedagógica do que deve ser a escola do futuro; c) Directrizes práticas e organizativas, tendo em vista a construção de uma rede de escolas alternativas à rede escolar estatal.”¹²⁰. Tendo em conta o ano em que estas linhas foram definidas, e a aproximação aos sindicatos e associações de classe que a U.P.P. (e outras instituições semelhantes) vinha a fazer nos anos anteriores, não era introduzida nenhuma novidade, além da consolidação e do apoio da C.G.T. aos seus métodos de acção.

Assim, na cidade de Setúbal, estes desenvolvimentos vão concretizar-se na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, onde se instala a dependência da U.P.P., onde se realizariam várias conferências da sua fundação até, pelo menos, 1932. Apesar de os conferencistas convidados serem de vários quadrantes políticos, entre seareiros, republicanos

¹¹⁹ BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Vol. 1. FCSH-UNL, Lisboa, 1994, p. 84.

¹²⁰ CANDEIAS, António. “As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do século XX”. In *Análise Psicológica*, nº3. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1987, p. 327

e, até, integralistas¹²¹, é impossível ignorar que a maior parte era militante anarquista. Será sobre estas figuras que nos debruçaremos, com base em informações presentes na correspondência entre militantes.

Muitos dos conferencistas que discursaram em Setúbal eram externos à cidade, não sendo naturais, nem habitando na mesma, embora muitos estivessem frequentemente envolvidos nas várias instalações da U.P.P., pertencendo inclusivamente, em alguns casos, aos corpos dirigentes. Destes casos destacamos Augusto Carlos Rodrigues, César Porto, José Carlos de Sousa (todos mencionados na correspondência de Adriano Botelho) e Emídio Santana (informações que provêm de correspondência entre este e Raúl Elias Adão¹²²), cujas menções constam, pela mesma ordem, abaixo:

Sobre Augusto Carlos Rodrigues (natural de Lisboa):

“Assisti em 1919 ao Congresso de Coimbra, que criou a C.G.T. portuguesa, como representante da Associação dos Empregados de Escritório de Lisboa. (...). Mas o seu entusiasmo era pelos problemas da cultura e da educação, e assim a sua maior actividade foi desenvolvida na Universidade Popular Portuguesa, onde por sua influência, também colaborou o José Carlos de Sousa. Este, porém, não quis limitar a sua actividade à vida administrativa da U.P.P. e, por isso, planeou a série de conferências, que não chegou a terminar.

O Augusto Carlos Rodrigues, porém, entregou-se a essa tarefa absorvente, na qual esgotou dedicadamente as suas últimas energias.”¹²³

Sobre César Porto (natural de Lisboa): “César Porto - Nasceu em 1873 e faleceu em 1944. Professor, jornalista, escritor. Director da Escola-Oficina nº1 e da Universidade Popular. (...)”¹²⁴.

¹²¹ Cf. CANDEIAS, António. “Movimento operário português e educação (1900-1926).”. In *Análise Psicológica*, II(1). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1981, p. 42.

¹²² Cf. Anexo E - Raúl Elias Adão.

¹²³ BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de Augusto Carlos Rodrigues por Adriano Botelho, sem data.

¹²⁴ BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de César Porto por Adriano Botelho, sem data.



Fig. 3.2 - César Porto, s.l. s.d.

Origem desconhecida

Disponível em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_juFig. 3.5 - Jorge José da Silva (3º, da esquerda para a direita), s.l., 1986rto, s.l. s.d.

Origem desconhecida

Sobre José Carlos de Sousa (natural de Lisboa):

“(…) Fez parte da Direcção da Universidade Popular Portuguesa, e planeou uma série de conferências para ali realizar sobre a evolução da humanidade, e que terminaria com a defesa do anarquismo.

Ainda conseguiu efectuar as primeiras dessas conferências, sem estorvo, embora já em período ditatorial-fascista, e nelas atacou com desassombro os malefícios da religião nos seus conflitos com a ciência. (...)”¹²⁵.

Sobre Emídio Santana (natural de Lisboa):

“(…) Sôbre a U.P.P. resolvemos dar uma sessão solene na abertura do ano lectivo, e para ela convidamos a Imprensa e algumas “altas” individualidades, por conseguinte previno-te: debes trazer uma boa bagagem e se puderes carregares-lhes de vez porque essas individualidades são paladinos da “democracia”, e só por seu intermédio esperamos a redenção da Humanidade.

A tua conferência é no dia 6, como achas conveniente. (...)”¹²⁶.

¹²⁵ BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de J. C. de Sousa por Adriano Botelho, sem data.

¹²⁶ BNL, AHS, Núcleo Outros Militantes, Caixa 57, Carta de Raúl Elias Adão a Emídio Santana, Setúbal, 1 de Dezembro de 1931.



Fig. 3.3 - Emídio Santana, s.l., c.1980.

Origem desconhecida

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=687

Consultado em 31 de Agosto de 2018

Não obstante, a secção de Setúbal era igualmente composta por figuras da cidade, ou com relações próximas à mesma, alguns com ligações, inclusivamente, à Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar. Estes casos são relatados na correspondência de Jorge Quaresma, filho de José Quaresma, um dos criadores da Associação de Classe. Assim, estiveram envolvidos na secção Lino de Andrade, Jorge José da Silva, António Augusto Neves, António Augusto Quaresma (primo do relator), bem como o próprio Jorge Quaresma. As informações sobre os mesmos constam abaixo, por ordem.

Sobre Lino de Andrade (natural de Azeitão, mas habitante de Setúbal):

“(…) Mas quando de facto, êle actua, em conjunto connosco, é talvez quando aí por 1928 começam o surto de conferências dadas pela Secção da Universidade Popular Portuguesa de Setúbal, que se realizaram na grande sala das Assembleias da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.

(…) parece que não mas estas conferências serviram como meio de cultura e ainda para junção e ligação dos camaradas.”¹²⁷

¹²⁷ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

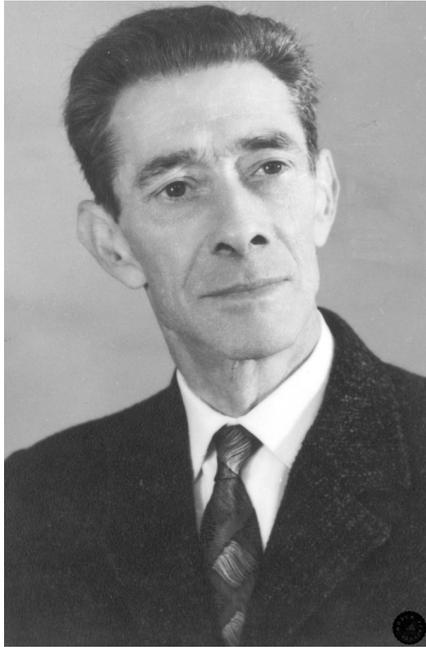


Fig. 3.4 - Lino de Andrade, Almada, 25 de Novembro de 1962

Origem desconhecida

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=300

Consultado em 31 de Agosto de 2018

Sobre Jorge José da Silva (natural de Setúbal): “(...) Também actuou como actor animador no grupo cénico da Sociedade Promotora de Educação Popular. (...) Também fez parte das juventudes, depois do Ateneu de Estudos Sociais e na Secção da Universidade Popular Portuguesa.”¹²⁸.



Fig. 3.5 - Jorge José da Silva (3º, da esquerda para a direita), s.l., 1986

Fotografia de Lígia de Oliveira

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=318

Consultado em 31 de Agosto de 2018

Sobre António Augusto das Neves (natural de Beja, mas habitante de Setúbal): “(...) Deu adesão à secção da Universidade Popular Portuguesa (...) que começou a realizar as suas conferências-lições, na grande sala das Assembleias, para Associação Marítima (Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, por gentileza da Direcção da mesma.”¹²⁹.

¹²⁸ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Jorge José da Silva por Jorge Quaresma, sem data.

¹²⁹ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de António Augusto Neves por Jorge Quaresma, sem data.



Fig. 3.6 - António Augusto das Neves, s.l., s.d.

Origem desconhecida

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=298

Consultado em 31 de Agosto de 2018x

Sobre António Augusto Quaresma (natural de Setúbal, primo de Jorge Quaresma):
“(...) Acompanhou-nos em todas as acções e instituições onde conseguíamos actuar ideologicamente e culturalmente.

Assim ajudou no que podia, desde a criação da Secção da Universidade Popular Portuguesa de Setúbal, e também no Ateneu de Estudos Sociais de Setúbal.

Foi sempre activo e ainda actualmente tem comparecido em vários actos de propaganda nossa.”¹³⁰

Sobre Jorge Quaresma (natural de Setúbal):

“(…), e ainda na nossa sede, Sociedade Promotora de Educação Popular de Setúbal, se realizaram conferências da Universidade Popular Portuguesa, com sede em Lisboa (...). Também, fiz parte duma das direcções desta secção da U.P.P. de Setúbal, que talvez começou a actuar em Setúbal por volta, sim talvez, 1929, e quem realizou a primeira conferência, Dr. Ferreira de Macedo, na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal e muitas outras, e depois na Sede da tal escola que já citei.”¹³¹

¹³⁰ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de António Augusto Quaresma por Jorge Quaresma, sem data.

¹³¹ BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Autobiografia de Jorge Quaresma em resposta a inquérito aplicado por João Freire, sem data.



Fig. 3.7 - Jorge Quaresma, s.l., c.1950

Origem desconhecida

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=639

Consultado em 31 de Agosto de 2018

Estas informações não abrangem, claro está, a totalidade das figuras que deram o seu contributo para a dinamização da secção setubalense da Universidade Popular Portuguesa. No entanto, contribuem para traçar o perfil dos colaboradores da secção, bem como para clarificar a extensão da influência da corrente anarquista na intelectualidade da cidade, em geral, e nesta secção, em particular.

3.3. Os trabalhadores setubalenses, os anarquistas e a influência “bolchevista”

A I República foi, ao longo dos seus 16 anos, marcada por constantes conflitos sociais, com confrontos quer com os quadrantes da esquerda e da direita, quer com o operariado, quer com correntes ideológicas como o anarquismo, principalmente na sua vertente sindicalista. Estes conflitos aumentam particularmente com a chegada à década de 1920, com o agravar das tensões sociais no contexto do pós-I Guerra Mundial.

Na cidade de Setúbal, a crise económica e social vai juntar-se às já parcas condições de vida e de trabalho, levando os trabalhadores setubalenses a adoptarem a greve como uma forma eficaz, e muito frequente, de luta pela melhoria dos quadros salariais. Com o golpe de 28 de Maio de 1926, e a instauração da Ditadura Militar, as lutas laborais vão tornar-se, simultaneamente, mais violentas e mais frequentes, em resposta ao aprofundamento cada vez mais intensivo da crise, com o fecho de várias fábricas, e à adopção de medidas repressivas violentas por parte, principalmente, da Guarda Nacional Republicana, que fortalecia o lado do patronato. “As situações de conflito surgem associadas à anulação do descanso semanal, ao

aumento da jornada de trabalho e, também, às reduções de salários, medidas que ampliam e aprofundam a crise social.”¹³².

O surto grevista é comum às várias actividades desenvolvidas na cidade, representadas pelos sindicatos e associações de classe, concentrados na área urbana, em particular na Praça do Bocage e na Avenida Luísa Todi, bem como nas suas zonas circundantes¹³³, e com uma forte intrusão do movimento anarquista nos seus corpos dirigentes, o que alimentava os ímpetus de contestação em relação às fracas condições laborais, ao patronato e à crescente repressão policial nos anos que caminhavam para a implantação da Ditadura Militar.

A década de 1920 não é palco, unicamente, da escalada das tensões sociais resultantes dos anos seguintes à participação na I Guerra Mundial: é, também, o espaço de tempo em que o Movimento Operário português e, por conseguinte, o anarco-sindicalismo, atingem o seu auge¹³⁴. No entanto, o movimento anarquista conheceria, igualmente, novas dificuldades e confrontos, resultantes da criação, em 1919, da Federação Maximalista Portuguesa, que daria origem, em 1921, ao Partido Comunista Português. Talvez se possa tomar a figura de Carlos Rates como a personificação desta cisão aquando da sua viragem do anarco-sindicalismo para o comunismo, afirmada na passagem do cargo de presidente da União de Sindicatos de Setúbal para o primeiro Secretário Geral do Partido Comunista Português.

Continuando a pertencer à C.G.T., os comunistas vão enfrentar a corrente anarquista até 1925, ano em que abandonariam a Confederação, afirmando-se esta última como uma organização totalmente anarco-sindicalista. Conceptualmente, o confronto entre as duas correntes explica-se pela defesa de objectivos e modelos de sociedade diferentes, sendo postuladas, também, tácticas de acção distintas. A rivalidade entre ambos prendia-se com a hegemonia que o anarco-sindicalismo tinha junto do operariado português, visto como base de apoio essencial tanto para anarquistas, como para comunistas. Assim, a própria existência do P.C.P. punha em causa a preponderância de que os anarquistas gozavam junto do operariado desde o princípio do século XX.

¹³² COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 59.

¹³³ FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 14.

¹³⁴ CANDEIAS, António. “As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do século XX”. In *Análise Psicológica*, nº3. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1987, p. 336.

Paralelamente, “(...) o mundo dos comunistas e dos anarquistas era muito próximo para não haver uma longa história de conflitos, zangas, atritos pessoais entre uns e outros.”¹³⁵. Tal não surpreende, uma vez que o Partido Comunista Português não só nascera de um espaço comum a ambos (Federação Maximalista Português), como era composto, em parte, por vários antigos anarquistas, o que resvalava, facilmente, para a percepção de traição ideológica e da própria camaradagem. Para além disso, os comunistas consideravam os anarquistas figuras apáticas face aos acontecimentos nacionais, estando os sindicatos relegados ao sectarismo e à desadequação das suas iniciativas relativamente aos acontecimentos do país¹³⁶.

Com o Golpe de 1926, chefiado por Gomes da Costa, terminava o período da 1ª República, mas os confrontos sociais entre facções, e das várias facções com o Regime seriam uma continuidade. O Movimento Operário e as elites ideológicas na sua retaguarda seriam alvo de uma repressão de agravamento exponencial, sendo vistos como um dos principais factores potencialmente desestabilizadores da Ditadura Militar. “Empurrados pela força das circunstâncias, comunistas e anarco-sindicalistas tinham que ter alguma forma de colaboração, mas, a cada dificuldade ou falhanço, as recriminações mútuas subiam de tom.”¹³⁷.

Não obstante, ambos os lados encontrariam na luta contra o regime recém implantado um interesse comum, aliados aos republicanos, num movimento que ficou conhecido como Revirvalho, ou Reviralhismo. Este movimento não se caracterizava por sectarismo ideológico, sendo revolucionário no sentido em que pretendia interromper o processo político que estava em curso, agregando todos os que se opunham e pretendiam lutar contra a instauração de uma Ditadura, que se adivinhava vir a preparar a implantação do Estado Novo. Assim, os opositores da Ditadura Militar ficaram sob o chapéu do Reviralhismo, sendo associados ao bolchevismo, apesar de a maior parte não se considerar sequer simpatizante do Partido Comunista Português¹³⁸, caso dos anarco-sindicalistas.

Na cidade de Setúbal, a cooperação entre anarquistas e comunistas seria ainda mais difícil. À luta contra as más condições de vida e de trabalho juntava-se, agora, a contestação ao regime ditatorial implantado em 1926. Simultaneamente, a hegemonia ideológica junto do chamado Movimento Operário setubalense continuava a ser disputada por anarquistas e comunistas, que procuravam garantir a sua influência e, conseqüentemente, evitar que os

¹³⁵ PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*. Vol 1: “Daniel”, O Jovem Revolucionário (1913-1941). Lisboa: Temas e Debates. 1999, p. 165.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ FARINHA, Luís. *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998, p. 36.

trabalhadores da cidade fossem expostos à ideologia opositora. A Greve de 1931 (que analisaremos à frente) seria o culminar da tensão entre os dois blocos, sendo apoiada, e instigadas acções de contestação, tanto por anarquistas, como por comunistas.

Ao mesmo tempo que a secção setubalense do Partido Comunista Português dá apoio à greve, a C.G.T assume, publicamente, estar do lado dos trabalhadores participando na organização das paralisações laborais e nas negociações com o Regime. Tal mostra que toda a situação se revela não apenas um fortalecimento das reivindicações do operariado, mas, igualmente, uma oportunidade de confronto e disputa do mesmo entre os grupos: “Ambos tentam competir na hegemonia deste movimento grevista tentando influenciar e dirigir o rumo dos acontecimentos, disputando a direcção da confrontação com o poder da Ditadura Militar e com os patrões.”¹³⁹. Assim, não obstante a principal influência ideológica da cidade ser o anarquismo, o comunismo começava a afirmar-se no campo da luta operária, representando uma ameaça real à hegemonia libertária.

No entanto, na cidade de Setúbal, parece haver uma instituição que conseguia, dentro do possível, reunir os dois sectores: a secção da Universidade Popular Portuguesa. Aquando da instauração da Ditadura Militar, a secção estava no seu auge de actividade (tendo sido criada em 1925), sendo profundamente influenciada pelos sectores libertários e anarco-sindicalistas, tendência que, aliás, se reforçou com a mudança de regime¹⁴⁰. Esta colaboração espelha-se na participação de duas figuras, reconhecidos intelectuais, nas actividades da Universidade. São eles Bento de Jesus Caraça e Avelino Cunhal.

Ambos oriundos do republicanismo, e com boas relações com o comunismo¹⁴¹, desenvolvem uma extensa actividade intelectual nas suas áreas profissionais (Caraça, na área da Matemática e Cunhal, na área do Direito), mas também culturalmente, sendo ambos colaboradores da revista Seara Nova, entre outras. Quando se inicia o caminho para o Estado Novo, com o golpe de 1926, começam a afirmar-se como figuras incómodas ao regime, passando a ser alvo de atenta vigilância por parte das forças do Regime. Não podendo ignorar a importância de Avelino Cunhal na defesa dos presos políticos, entre os quais o seu filho

¹³⁹ COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 75.

¹⁴⁰ BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Vol. 1. Lisboa: FCSH-UNL, 1994, p. 99.

¹⁴¹ PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*. Vol 1: “Daniel”, O Jovem Revolucionário (1913-1941). Lisboa: Temas e Debates. 1999, p. 15.

CARAÇA, Bento de Jesus. *A Cultura Integral do Indivíduo*. Lisboa: Pelouro da Educação e da Juventude da Câmara Municipal, 1995, p. 8.

Álvaro, não nos estenderemos nesse assunto por ser demasiado interessante, mas também extenso.

Não obstante, ambos vão colaborar com a Universidade Popular Portuguesa: Bento de Jesus Caraça chega, inclusivamente, a pertencer aos corpos dirigentes da mesma. Como conferencista, está presente na secção de Setúbal, em 1931, trabalhando em conjunto com Cunhal¹⁴².

Figuras interventivas, com alguma constância, na vida cultural do país, Bento de Jesus Caraça e Avelino Cunhal podem ser vistos, de certa forma, como figuras conciliadoras do embate entre anarquismo e comunismo. Ambos foram próximos ao Partido Comunista Português, sendo considerados *compagnons de route*, o que não os impediu de dar o seu contributo para uma instituição cujos dirigentes eram, na sua maioria, anarquistas, passando a instrução e a cultura à frente das ideologias políticas.

3.4.O libertarismo e o cultivar de uma mentalidade de resistência: o activismo operário e a contestação à Ditadura

A organização, e o activismo, do Movimento Operário português foram fortemente influenciados pelas organizações inter-sindicais, a saber a União Operária Nacional e, depois, a Confederação Geral do Trabalho. Esta última conseguiu granjear a adesão de grande parte dos sindicatos e associações de classe durante a 1ª República, garantindo-lhe uma força anímica e uma legitimação nacional sem precedentes. Com cunho anarco-sindicalista, conseguiu, pois, agilizar a movimentação operária e as suas lutas, aumentando o seu impacto e diversificando as formas de protesto.

Com o golpe de 28 de Maio de 1926, os sectores anarco-sindicalistas e libertários contestam a Ditadura Militar. A par de outros campos políticos e intelectuais, associam-se ao movimento do Revirinho, participando nas suas várias revoltas e intentonas. Tal era motivado, fundamentalmente, pelo defraudar das expectativas depositadas na Ditadura tanto pela C.G.T., como pelos grupos ligados à Seara Nova¹⁴³ de recuperação da estabilidade nacional e de regeneração da própria República. A contestação feita através dos métodos comuns (como a greve) foi rapidamente silenciada, o que fez com que surgisse uma intensa produção de literatura clandestina de informação e panfletismo contra a Ditadura.

¹⁴² PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*. Vol 1: “Daniel”, O Jovem Revolucionário (1913-1941). Lisboa: Temas e Debates. 1999, p. 15.

¹⁴³ FARINHA, Luís. *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998, p. 30.

A oposição à Ditadura militar resultou num movimento que não é, aliás, estranho a qualquer regime ditatorial: uma onda de prisões e deportações dos republicanos, comunistas, anarquistas, sindicalistas e de trabalhadores, no geral, que haviam participado nos diferentes protestos, muitas vezes sem direito a defesa ou, sequer, a julgamento. Apesar de algumas figuras reiniciarem a sua vida na clandestinidade, a maior parte dos opositores são alvo das medidas acima mencionadas. Apesar das várias cores políticas dos “inimigos” do regime, “A repressão ditatorial recairá brutalmente sobre o reduzido número de revolucionários comunistas ou anarquistas, que viam nos exemplos da URSS ou da Espanha revolucionária o modelo de sociedade a construir.”¹⁴⁴.

No entanto, as medidas repressivas tomadas pelo novo regime não seriam uma total novidade para as partes envolvidas, particularmente em Setúbal: atentemos na prisão do redator do jornal *Voz Sindical*, João Maria Major, em 1925, devido à publicação de um artigo no órgão de imprensa da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, que desencadeia, aliás, uma greve geral na cidade¹⁴⁵.

A repressão e a censura da Ditadura Militar afectaram todo o movimento associativo e operário, principalmente devido à proibição de associação, o que levou ao sufocar da Confederação Geral do Trabalho, em 1927, que, aliás, prenunciaria a corporativização dos sindicatos pelo Estado que aconteceria a 1933. Este é um tema que à frente retomaremos.

A actividade do anarco-sindicalismo, e a sua luta contra o comunismo pela hegemonia do operariado, continuaria, no entanto, a ter grande força e dinamismo, o que se espelha durante 1931 e 1932. Nestes anos dão-se várias acções de luta a favor das causas dos trabalhadores, a saber, contra os despedimentos ou suspensões de trabalho, a descida contínua dos salários e o deteriorar das condições de vida pelo incumprimento dos horários de trabalho estabelecidos¹⁴⁶.

Em Setúbal, o culminar da tensão social na cidade em geral, e no meio laboral em particular, resultou na Greve de 1931, iniciada pelos trabalhadores marítimos, pela melhoria das condições de trabalho. Juntando-se a greve a manifestações, fortemente reprimidas pela Ditadura, são presos vários militantes com cargos de destaque na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, de que são exemplo Xico Cagarrão¹⁴⁷, Francisco Rodrigues Franco¹⁴⁸,

¹⁴⁴ FARINHA, Luís. *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998, p. 200.

¹⁴⁵ Debate Parlamentar, Diário do Senado, Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº3, N°042, 9 de Junho de 1925.

¹⁴⁶ FARINHA, Luís. *op. cit.*, p. 128.

¹⁴⁷ Cf. anexo F - Francisco José de Brito (Xico Cagarrão).

¹⁴⁸ Cf. anexo G - Francisco Rodrigues Franco e Sabina Lopes Condeça Franco.

João Atanásio e Jaime Rebelo¹⁴⁹, que, mais tarde, seria conhecido como o “Homem da Boca Cerrada”. Paralelamente, a Associação de Classe passaria a ser alvo de controlo e repressão policial. O ano de 1932 seria marcado por situações semelhantes à escala nacional.

No entanto, a resposta setubalense à Ditadura Militar seria, contrariamente aos anos anteriores, de uma certa letargia, que se explicou pelo cansaço dos trabalhadores e dos militantes da cidade, associada à falta de ânimo dos elementos que, habitualmente, dariam força às contestações. A vastidão de sindicatos, associações de classe e pontos de associativismo popular seria drasticamente reduzida com o encerramento de muitas destas organizações, que acelera com o desenrolar da década de 1930: “Apesar da existência legal, poucas destas associações de classe irão ter capacidade de desenvolver atividade pública em defesa dos seus associados. Conhecerão um período de grande letargia acabando por desaparecer. Outras serão integradas nos sindicatos nacionais.”¹⁵⁰.

Não obstante, alguns grupos ligados ao libertarismo persistiriam na sua luta, dois dos quais o Grupo Esperantista Disvastiga Stelaro (Constelação Difundidora, 1931-1932), que oferecia aulas de esperanto aos cidadãos da cidade e era dinamizado pelos militantes Amador de Figueiredo Simões e Jorge Quaresma¹⁵¹, acima mencionado, autor da maioria da correspondência que nos serviu de base; e a secção setubalense da Universidade Popular Portuguesa (na qual, aliás, Jorge Quaresma também esteve envolvido). Sobre a primeira, não serão necessárias observações; sobre a segunda, fica clara a influência intrínseca do anarquismo no seu funcionamento, apesar da neutralidade política pretendida pela sede lisboeta.

Tal resulta, naturalmente, no recair das atenções da Ditadura, que aplica medidas repressivas sobre estas associações. Sobre o Grupo Esperantista, damos conta do seu encerramento em 1932. No entanto, na mesma década, é o próprio Jorge Quaresma que relata a intromissão da polícia do regime no funcionamento da secção da U.P.P.:

“(…) A Polícia, nunca nos deixava, e até em Lisboa, eles faziam a mesma coisa, a grande sala dos Marítimos, chegava a estar á cunha, com mais de mil pessoas, e as autoridades com ordens dos governos mas muito especialmente dos governos puramente ditatoriais como os de Salazar e das chamadas passas socialistas com a Ditadura do Proletariado, essas autoridades têm ordens expressas dos seus

¹⁴⁹ COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 68.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 61.

¹⁵¹ *Grupo Disvastiga Stelaro*, In <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php...>, consultado em 4 de Agosto de 2018.

governos, de entravar e criar dificuldades a qualquer manifestação que tinham bom acolhimento da parte do Povo.

Começavam pois por exigir que os conferencistas [escrevessem] as suas conferências, e que primeiramente seriam lidas, censuradas pela polícia, para depois juntar o respeitável público, as pudesse ouvir, claro, esta era uma exigência aborrecida, para homens, que tinham o seu tempo absorvido por labores intelectuais e ainda bem basta, naquele tempo em que o Domingo é que era o dia do descanso dos professores, (...).”¹⁵².

Assim, e embora a Ditadura Militar não tenha sufocado directamente todo o associativismo setubalense, a passividade da cidade abria espaço às prisões e exílios dos seus membros e aos encerramentos consecutivos dos seus espaços. Tal agrada particularmente ao patronato da cidade, que aproveita o esgotamento dos seus trabalhadores e a impotência do movimento libertário para alterar as condições laborais, resultando no deteriorar geral do contexto laboral setubalense¹⁵³. No contexto das lutas travadas nos anos de 1931 e 1932, ficava afirmada a derrota, por falta de força anímica, da sua classe operária, anteriormente uma das mais activas e contestatárias do país. Por outro lado, ficavam dados os passos necessários para a preparação da afirmação clara do Estado Novo, e da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional. Assim, o Decreto-Lei 23050 significaria o culminar de todo este processo, com as cláusulas que davam o golpe final ao sindicalismo livre:

“Art. 20º. Será retirada a aprovação dos estatutos aos sindicatos nacionais que se desviarem do fim para que foram instituídos, não cumprirem os seus estatutos, não prestarem ao Governo ou às entidades de direito público as informações que lhes forem pedidas sobre assuntos da especialidade dos mesmos sindicatos, não desempenharem devidamente as funções que lhes tiverem sido ou venham a ser confiadas, promoverem ou auxiliarem greves ou suspensões de actividade, ou infringirem as disposições deste decreto-lei, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos corpos gerentes e de quaisquer outras penalidades aplicáveis.”¹⁵⁴

Por outro lado, o Decreto-Lei eliminava qualquer hipótese de pertença a hipotéticas organizações internacionalistas, o que limitava, à escala nacional, a criação de possíveis

¹⁵² BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

¹⁵³ COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014, p. 64.

¹⁵⁴ Decreto-Lei nº 23050, Diário do Governo nº217/1933, I Série, 23 de Setembro de 1933.

congêneres da extinta Confederação Geral do Trabalho, apagando, definitivamente, quaisquer resquícios da influência anarco-sindicalista junto do associativismo operário:

“Art. 10º. Os sindicatos nacionais exercem a sua actividade exclusivamente no plano nacional e com respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação, sendo-lhes por isso vedada a filiação em quaisquer organismos de carácter internacional, ou a representação em congressos ou manifestações internacionais, sem autorização do Governo. Não podem também, sem a mesma autorização, contribuir monetariamente para a manutenção de organismos estrangeiros, nem receber deles quaisquer donativos ou empréstimos.”¹⁵⁵

O período anterior à publicação da referida lei não deixou, pois de afectar a secção de Setúbal da U.P.P.: não tendo a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar sido encerrada aquando da primeira vaga de encerramentos, na sequência da Greve de 1931 (uma vez que a última conferência registada no seu espaço data de 1932), a atenção das autoridades sobre as suas actividades é sabida, e uma progressiva repressão e sufoco, quase certos.

Tal pode, pois, explicar a passagem das conferências organizadas pela secção setubalense das salas da Associação de Classe, para os espaços da Sociedade Promotora de Educação Popular, a partir de 1930¹⁵⁶: estando, já clara, a influência dos ideais e dos militantes anarquistas na secção, não restarão dúvidas de que, do ponto de vista da Ditadura, independentemente do espaço em que a U.P.P de Setúbal funcionasse, funcionaria, igualmente, um foco de oposição e resistência activa aos indivíduos que pretendessem limitar a liberdade. Neste aspecto, o Estatuto do Trabalho Nacional significaria, apenas, o colocar da última pedra numa obra que já vinha a ser construída pelos seus antecessores e que, tal como a esta instituição, limitaria a liberdade associativa e a propagação intelectual no país, pretendendo uma nação investida no analfabetismo.

¹⁵⁵ *Ibidem.*

¹⁵⁶ Cf. anexo B - “Conferências na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa” e anexo C - “Conferências previstas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa”.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim deste trabalho, concluímos que, apesar da sua curta vida útil, a secção setubalense da Universidade Popular Portuguesa marcou a cidade, em geral, e o quotidiano dos seus habitantes, em particular.

Fundada em 1924, a secção em Setúbal resultou da vontade da Universidade e da elite local, num esforço que já vinha a ser anunciado desde o início da década de 1920. Desde o início das suas actividades, em 1925 (data da primeira conferência) instalou-se na sede da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar. No entanto, em 1930, as conferências passariam a ser leccionadas na Sociedade Promotora de Educação Popular, fundada na década de 1920. Atribuímos esta mudança à repressão policial que se intensificava sobre as lutas laborais conduzidas pelos militantes da Associação de Classe (que culminaria no seu encerramento, em 1931) que, naturalmente, dificultava o normal funcionamento das conferências na sua sede. Supomos, aliás, que a própria secção tenha sido fechada, igualmente, no ano de 1931.

Um dos nossos objectivos era entender de que forma é que a Universidade Popular Portuguesa, em geral, e a secção de Setúbal, em particular, se ligaram aos trabalhadores da cidade, e que interesses ou contrapartidas basearam essa relação.

Sabemos que a educação popular e a U.P.P. respondiam às necessidades da então recente República, e que ambas permitiriam aproximar o Movimento Operário nacional do novo regime. Destacamos, no entanto, o veículo escolhido para que tal acontecesse, a saber, a relação com o meio sindical. Baseado na responsabilidade mútua de formação moral e intelectual dos trabalhadores, este elo possibilitou a abertura de secções da Universidade, das quais destacamos a de Setúbal, e, conseqüentemente, a disseminação dos propósitos e da acção da mesma por todo o território nacional. Assim, com base nos conceitos, então definidos, de exploração e alienação, o movimento sindical via, na U.P.P., uma hipótese de formação dos seus militantes, ao mesmo tempo que a Universidade ganhava um espaço de acção privilegiado pela fácil adaptação que a aprovação dos dirigentes sindicais lhe proporcionava junto das populações.

A sede setubalense foi, para nós, um dos melhores exemplos da concretização dessas relações, ao funcionar na sede da referida Associação de Classe e granjear o apoio e a participação de alguns dos mais destacados trabalhadores da cidade. As próprias conferências serviam este propósito, uma vez que possibilitavam o contacto entre os trabalhadores e os intelectuais de todo o país e criavam um novo espaço de debate ideológico, sendo vistas pelos anarquistas como um veículo de união dos militantes. Consideramos, ainda, que a própria União

Operária Nacional e a Confederação Geral do Trabalho foram catalisadores da formação dos operários, elogiando e incentivando a causa da educação popular.

Por outro lado, secções da U.P.P. como a de Setúbal favoreceram a causa política do Movimento Operário: enquanto a secção dava formação intelectual aos trabalhadores, o que possibilitava uma mais consistente resistência política, os sindicatos e as associações de classe forneciam um espaço físico, com a concessão das suas sedes, e um espaço social, com a legitimação da sua causa. Todas estas dinâmicas caminhavam para um objectivo final, almejado por ambas as partes: a Revolução Social, que possibilitaria a criação de uma nova sociedade, de um “novo homem” e garantiria uma legitimação duradoura dos ideais laicos e republicanos.

Noutra vertente, pretendemos analisar qual foi a participação libertária e anarcosindicalista nas dinâmicas políticas da cidade de Setúbal, e de que forma se desenrolou a interligação entre o anarquismo setubalense e a sua secção da U.P.P.. Sabemos, pois, que durante toda a I República, o anarquismo liderou o movimento sindical, principalmente nesta cidade, o que significou que os militantes libertários seriam o veículo por excelência para a educação popular chegar às franjas operárias. Destacamos, simultaneamente, a importância dada pelo anarquismo à auto-educação e à elucidação intelectual que resultaria na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, no aperfeiçoamento da sociedade e na evolução da sociedade para a anarquia, enquanto expoente máximo da liberdade intrínseca ao Homem enquanto elemento da natureza. Aplicada aos trabalhadores, o cultivo intelectual levaria à sua emancipação e, logo, à sua libertação, impulsionando a divulgação dos ideias revolucionários e a adesão ao sindicalismo.

Enquanto pólo industrial, Setúbal foi, também, um dos maiores pontos no mapa do anarquismo nacional, muito devido à forte concentração operária em bairros próprios e à forte sociabilidade entre os seus membros em diversos espaços da cidade. Esta corrente foi, igualmente, um dos maiores catalisadores da forte contestação política e da actividade reivindicativa, principalmente no campo laboral, na cidade. Dada a sua influência no movimento sindical, seria lógica a sua participação nas dinâmicas da secção da Universidade Popular Portuguesa, que funcionava, inclusivamente, numa associação de classe que agregava alguns dos principais anarquistas de Setúbal, sobre alguns dos quais avançamos dados biográficos. A escolha de Setúbal pode, ainda, ser explicada pela entrada de anarquistas na administração central da Universidade, com relações estreitas com os militantes da cidade e uma visão privilegiada sobre a área onde pretendiam actuar.

Por último, procuramos perceber qual foi o impacto que as dinâmicas políticas da primeira metade do século XX tiveram no anarquismo setubalense e na respectiva secção da Universidade Popular Portuguesa, a saber, a fundação e escalada política do Partido Comunista

Português, o golpe de estado e a instauração da Ditadura Militar, em 1926, e a consolidação do Estado Novo, a partir de 1933.

Um dos golpes duros sofridos pelo movimento anarquista foi a fundação do Partido Comunista Português, em 1921, o que não só enfraqueceu a sua influência junto do meio sindical, como causou cisões internas, com a passagem de vários militantes do libertarismo ao comunismo, levando a um sentimento de traição ideológica e da camaradagem que partilhavam. Não obstante, a secção de Setúbal conseguiu servir de elo de ligação, com relativa eficácia, entre as duas correntes, o que é espelhado pela presença e envolvimento de figuras como Bento de Jesus Caraça e Avelino Cunhal.

Ora, sendo, ainda, o anarquismo a corrente ideológica dominante no meio sindical português e que, aliado à educação popular, permitia a veiculação dos ideais revolucionários e fomentava as lutas laborais dos vários grupos de trabalhadores, tornar-se-ia num inimigo natural tanto da Ditadura Militar como, mais tarde, do Estado Novo, regimes que tentaram abafar o Movimento Operário.

Em paralelo, o sindicalismo, idealmente, poderia proporcionar o esbater da falta de perspectivas das massas trabalhadoras e da sua alienação política, ao incentivar as lutas laborais em prol de melhores condições de vida e de trabalho e a sua formação intelectual. Assim, uma possível escalada social representaria um enorme entrave às ditaduras, que necessitavam de uma base facilmente moldável, para a implantação e dominação junto do povo. O mesmo acontecia com a secção setubalense da U.P.P., ao criar um novo espaço de sociabilidade fortemente marcado pela comunicação e transmissão de ideias entre intelectuais e trabalhadores, fossem estes anarquistas ou não. Tal significava, ainda, a existência de reuniões, conversas e debates que fugiriam ao controlo das Ditaduras o que, naturalmente, não lhes aprazeria.

Nesta lógica, a instauração da Ditadura Militar significou o agravar das tensões sociais e laborais, bem como das condições de vida e o aumento da repressão política. Tal levou o movimento anarquista a endurecer os seus métodos de acção, principalmente no meio sindical, de que são exemplo os surtos grevistas que mencionámos, muito apoiados pela própria C.G.T.. O embate com a Ditadura Militar resultou, pois, na prisão e deportação de um elevado número de libertários, muitos de Setúbal, situação que se intensificou com a referida Greve de 1931, em que vários dos militantes detidos pertenciam à Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, onde estava instalada a secção da Universidade.

Mais tarde, a proibição da livre associação levou ao fim da C.G.T., o que significou mais um duro golpe no anarquismo português.

A junção de todos estes factores explica a falta de resposta do movimento setubalense ao progressivo endurecer da Ditadura Militar e à afirmação do Estado Novo, com excepção de alguns grupos que referimos, nos quais se inclui a secção da U.P.P., que passa a ser alvo directo da repressão policial das Ditaduras. Tal seria constante até ao término das suas actividades, acompanhando a transição para o Estado Novo. Não ignoramos os factores já referidos que justificam a repressão ditatorial à instituição. No entanto, consideramos que um motivo se destaca do vasto conjunto: a U.P.P. contrariava os baixos índices de formação cultural das classes mais baixas uma vez que a propagação do conhecimento e a literacia dos trabalhadores criava espaços de discussão política e ideológica e, logo, de politização dos seus frequentadores. A secção de Setúbal é um dos exemplos mais flagrantes, com forte preponderância anarquista nas suas actividades.

FONTES

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo de História Social - Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa

Espólio Pinto Quartim:

ICS, AHS, Espólio Pinto Quartim, Série B, Item 584, Ministério da Instrução Pública, Reforma da educação: proposta de lei. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923.

Arquivo Histórico Social - Biblioteca Nacional de Portugal

Núcleo Augusto Ferreira:

BNL, AHS, Núcleo Augusto Ferreira, Caixa 1, Artigo do jornal A Batalha, 16 de Agosto de 1925.

Núcleo Adriano Botelho:

BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Apontamentos de Adriano Botelho sobre a colaboração de intelectuais no Movimento Operário Português, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de Augusto Carlos Rodrigues por Adriano Botelho, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de César Porto por Adriano Botelho, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de J. C. de Sousa por Adriano Botelho, sem data.

Núcleo Outros Militantes:

BNL, AHS, Núcleo Outros Militantes, Caixa 57, Carta de Raúl Elias Adão a Emídio Santana, Setúbal, 1 de Dezembro de 1931.

Núcleo Jorge Quaresma:

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de António Augusto Neves por Jorge Quaresma, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Xavier Correia por Jorge Quaresma, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Jorge José da Silva por Jorge Quaresma, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de António Augusto Quaresma por Jorge Quaresma, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Autobiografia de Jorge Quaresma em resposta a inquérito aplicado por João Freire, sem data.

BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Carta a Edgar Rodrigues, Cova da Piedade, 24 de Maio de 1974.

FONTES PUBLICADAS

Brochuras

Estatuto da Universidade Popular Portuguesa aprovado em... 1919, Universidade Popular Portuguesa, Tip. da Assoc. dos Comp. Tipograficos, Lisboa, 1925.

PELLOUTIER, Fernando. *A União dos Sindicatos e a Anarquia*. Lisboa: Lima da Costa, 1900?.

FABRI, Luis. *O Sindicalismo*. Lisboa: A. Machado, 19--.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. *As Doutrinas Libertárias: breve exposição e definições*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio. 1913.

QUARTIM, Pinto. *O Sindicalismo e os Intelectuais*. Biblioteca Lux. 1921.

Fontes Legais

Diário da República

Decreto-Lei nº 23050, Diário do Governo nº217/1933, I Série, 23 de Setembro de 1933.

Debates Parlamentares

Diário do Senado, Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº1, Nº053, 26 de Junho de 1923.

Diário do Senado, Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº3, Nº042, 9 de Junho de 1925.

FONTES ICONOGRÁFICAS

Site Arquivo Histórico-Social/Projecto MOSCA

António Augusto das Neves. s.l., s.d.. Origem Desconhecida. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=298. Consultado em 31 de Agosto de 2018

Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar (vista interior da sede). Setúbal, c. 1977. Fotografia de Rui Mouzinho. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=112. Consultado em 31 de Agosto de 2018.

César Porto. s.l., s.d. .Origem desconhecida. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=211. Consultado em 31 de Agosto de 2018.

Emídio Santana. s.l., c. 1980. Origem desconhecida. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=687. Consultado em 31 de Agosto de 2018.

Jorge José da Silva (3º, da esquerda para a direita). s.l., 1986. Fotografia de Lígia Oliveira. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=318. Consultado em 31 de Agosto de 2018

Jorge Quaresma. s.l., c. 1950. Origem desconhecida. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=639. Consultado em 31 de Agosto de 2018.

José Artur Quaresma. Setúbal, s.d.. Origem desconhecida. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=1431. Consultado em 31 de Agosto de 2018.

Lino de Andrade. Almada, 25 de Novembro de 1962. Origem desconhecida. Disponível em: <http://mosca->

servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=300. Consultado em 31 de Agosto de 2018.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. “O que é um povo?”. In DIAS, Bruno Peixe, NEVES, José (coord.). *A Política dos Muitos - Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010.

BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*. FCSH-UNL, Lisboa, 1994.

BRANDÃO, Tiago. "Universidade Popular Portuguesa (UPP)". In ROLLO, M. F. (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República. 2014.

BURKE, Peter. *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento. 1980.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 1989.

CANDEIAS, António. “Movimento operário português e educação (1900-1926).”. In *Análise Psicológica*, II(1). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1981.

CANDEIAS, António. “As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do século XX”. In *Análise Psicológica*, nº3. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1987.

CARAÇA, Bento de Jesus. *A Cultura Integral do Indivíduo*. Lisboa: Pelouro da Educação e da Juventude da Câmara Municipal, 1995.

CARVALHO, João Lázaro Cavaleiro Diz de. *O despontar do movimento operário na esfera pública (1850-1860)*. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. 2013.

COSTA, Albérico Afonso. *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, 2014.

COSTA, Albérico Afonso, “O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016.

CRUZ, Rafael, LEDESMA, Manuel Pérez. *Cultura y movilización en la España contemporánea*. Madrid: Alianza Editorial. 1997.

FARIA, Carlos Vieira de. *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981.

FARINHA, Luís. *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998.

FERREIRA, Diogo. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário. 2017.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807-1850)”. In NEVES, José. *Como se faz um Povo*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010.

FERNANDES, Rogério. “As universidades livres e populares em Portugal e o problema da cultura popular”, in *Vértice*, nº117, II Série. Lisboa: Editorial Caminho, S. A. 2004.

FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Vol. I. Mem Martins: Europa-América. 1980.

FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Vol. IV. Mem Martins: Europa-América. 1980.

FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona. 1988.

FREIRE, João Carlos de Oliveira Moreira. *Ideologia, ofício e práticas sociais: O anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1988.

FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal. Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do séc. XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

FREIRE, João. “Os Meios de Difusão do Anarquismo em Portugal no Princípio do Século XX”. In MONTEIRO, Bruno (Org.), PEREIRA, Joana Dias (Org.). *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. S.l. S.e. 2013.

GODINHO, Paula. “Atingir o céu com uma escada: apontamentos sobre as ideias, a cultura, o lazer e a invenção dos trabalhadores”. In MONTEIRO, Bruno (Org.), PEREIRA, Joana Dias (Org.). *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. S.l. S.e. 2013.

HUARD, Raymond. “Existirá uma «política popular»?”. In DIAS, Bruno Peixe, NEVES, José (coord.). *A Política dos Muitos - Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010.

LIMA, Marinús Pires de. *A acção sindical e o desenvolvimento: uma intervenção sociológica em Setúbal*. Lisboa: Salamandra, 1992.

LOURENÇO, Maria Gabriela dos Santos. *Ideia(s) e Movimento(s): sindicalismo libertário e educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Instituto de Educação. 2015.

MÓNICA, Maria Filomena. *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 1986.

MÓNICA, Maria Filomena. “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX”, in *Análise Social*, vol. XVI, nº63. Lisboa: ICS-UL. 2008.

NEGRI, Toni. “Para uma definição ontológica da multidão”. In DIAS, Bruno Peixe, NEVES, José (coord.). *A Política dos Muitos - Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010.

Ó, Jorge Ramos Do. “Censura”. In ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. BRANDÃO DE (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores. 1996.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de. *Estudantes e Povo na Revolução: O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta Editora. 2004.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de. “Setúbal libertária. Cinco passos ao encontro de João Freire”, in AA.VV. *Anarquismo, trabalho e sociedade: livro em homenagem a João Freire*. Coimbra: Almedina, 2017.

PEREIRA, Joana Dias. “Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal”, in AA. VV (coord). *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016.

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. Vol 1: “Daniel”, O Jovem Revolucionário (1913-1941)*. Lisboa: Temas e Debates. 1999.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa: Gradiva. 2016.

PINTASSILGO, Joaquim. *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. ed. 1. Lisboa: Edições Colibri. 1998.

PINTASSILGO, Joaquim. "Imprensa de Educação e ensino, Universidades Populares e renovação pedagógica". In *Cadernos de História da Educação*, nº5. 2006.

PINTASSILGO, Joaquim. "Regeneração moral e formação do cidadão. O debate na imprensa pedagógica portuguesa do início do século XX", In *Educação para a Cidadania. Conferência Ibérica. Livro de Actas*. Lisboa. 2008.

PINTASSILGO, Joaquim. “Experiências republicanas e intervenções educativas: o exemplo da I República Portuguesa (1910-1926)”. In *História e historiografia da educação ibero-americana: projetos, sujeitos e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet- Faper- SHBE, 2012.

PINTASSILGO, Joaquim. "Universidades Populares". In ROLLO, M. F. (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República. 2014.

PINTASSILGO, Joaquim. "Adult Education in Portugal: reflections between past and present". In *Annali on-line di Storia dell'educazione e Politica scolastica*, nº 41 - 52. 2014.

PITA, António Pedro. “O poder de saber – competência e cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº27-28, 1989.

QUINTAS, Maria da Conceição, BALTAZAR, Patrícia. “Universidade Popular de Setúbal”. In Comissão Organizadora do Congresso A Vida da República Portuguesa: 1890-1990. *A Vida da República Portuguesa: 1890-1990*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora. 1991.

QUINTAS, Maria da Conceição. *Setúbal: economia, sociedade e cultura operária (1880-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

RODRIGUES, Edgar. *O despertar operário em Portugal: 1834-1911*. Lisboa: Sementeira. 1980.

RODRIGUES, Edgar. *A resistência anarco-sindicalista à ditadura: Portugal 1922-1939*. Lisboa: Editora Sementeira. 1981.

RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos. Portugal. 1911 – 1922*. Lisboa, Editorial Sementeira, 1981.

SALGADO, Lucília. “O Outro Lado da Educação – Para além do Instituído”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº29. Coimbra: Escola Superior de Educação de Coimbra. 1990.

SAMARA, Maria Alice. “O movimento republicano e o povo”. In NEVES, José. *Como se faz um Povo*. Lisboa: Fundação EDP, Edições Tinta-da-China. 2010.

WEBGRAFIA

Grupo Disvasta Stelaro, In http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=grupo&cid=592&Itemid=46, consultado em 4 de Agosto de 2018.

VENTURA, António. “Centenário da República: A República e os movimentos sociais e laborais”, in *Seara Nova*, nº1714, 2010.

Disponível em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1714/dossier/145/Centenário-da-República-A-República-e-os-movimentos-sociais-e-laborais.htm>. Consultado a 29 de Maio de 2018.

ANEXO A - Lutas e organizações libertárias - Setúbal - 1883 - 1950

DATA	ACONTECIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
1883	Fundação da associação A Voz do Operário	PEREIRA, 2016.	
1904	Fundação da Sociedade de Instrução e Beneficência “Germinal”	FREIRE, 1988.	
1904	Fundação da Escola Liberal de Setúbal	FREIRE, 2013.	Terminou em 1909.
1906	Fundação da Escola Livre (Setúbal)	FREIRE, 1988.	
1907	Fundação da Liga Nacional de Instrução (Setúbal)	CANDEIAS, 1981.	
1909	Greve dos Conserveiros de Setúbal	FONSECA, 1980.	
1910 - 5 de Outubro	Implantação da República Portuguesa		
1910	Greve dos Soldadores de Setúbal	FONSECA, 1980.	Devido a despedimentos.
1910	Greve dos Conserveiros de Setúbal	FONSECA, 1980.	Devido a despedimentos.

DATA	ACONTECIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
1910	Greve dos Conserveiros de Setúbal	FONSECA, 1980.	Devido aos baixos salários e ao horário de trabalho
1910	Greve dos marítimos (Setúbal)	FONSECA, 1980.	Devido aos baixos salários e ao horário de trabalho.
1910	Greve dos pescadores (Setúbal)	FONSECA, 1980.	Devido a legislação.
1911	I Congresso da Federação dos Anarquistas da Região Sul	LIMA, 1992.	
1911 - Fevereiro	Greve dos Sardinheiros de Setúbal	FONSECA, 1980.	
1911 - 13 de Março	Greve dos operários conserveiros	FONSECA, 1980. COSTA, 2016.	Resulta na morte dos operários Mariana Torres e António Mendes, na sequência da intervenção da GNR (episódio conhecido como “Fuzilamentos de Setúbal).
1911 - Dezembro	Fundação do grupo libertário Propaganda Educativa (Setúbal)	FONSECA, 1980.	
1911 - Dezembro	Greve dos trabalhadores marítimos de Setúbal	FONSECA, 1980.	
1912 - 12 de Outubro	Fundação da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar	BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Carta a Edgar Rodrigues, Cova da Piedade, 24 de Maio de 1974.	
1914	I Congresso dos Trabalhadores Marítimos	FREIRE, LOUSADA, 2013.	Ocorrido nas instalações da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar.

DATA	ACONTECIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
1915	Fundação do Centro de Recreio e Propaganda Livre de Setúbal	FREIRE, 1988.	
1915	Constituição da Juventude Libertária (Setúbal)	FONSECA, 1980.	
1915 – Outubro	Greve Geral – Setúbal e Palmela	FONSECA, 1980.	
1917	Greve Geral em Setúbal	AFONSO, 2014.	
1918	Greve Geral em Setúbal	AFONSO, 2014.	
1918 - Outubro	Greve Geral no país		
1919 - 23 de Fevereiro	Fundação do jornal A Batalha		
1919 - 27 de Abril	Criação da U.P.P.	BANDEIRA, 1994.	
1919 – Junho (de 17 a 19)	Greve Geral no país		Em solidariedade com os operários da construção civil e pela liberdade de associação.
1919 - 13 a 15 de Setembro	Congresso de Coimbra	BNL, AHS, Núcleo Adriano Botelho, Caixa 6, Biografia de Augusto Carlos Rodrigues por Adriano Botelho, sem data.	Congresso que fundou a C.G.T.
1920 - Setembro	Greve Geral em Setúbal	FONSECA, 1980.	Paralisou toda a cidade. Contra o elevado custo de vida.
1920	Fundação do jornal O Setubalense	FONSECA, 1980.	Dirigido por Luís de Figueiredo.
1921	Greve Geral em Setúbal	AFONSO, 2014.	

DATA	ACONTECIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
1921	I Congresso Nacional Cooperativista	BANDEIRA, 1994.	No qual está representada a U.P.P., na pessoa de Ferreira de Macedo.
1921 - 6 de Março	Fundação do P.C.P		
1922	Greve Geral em Setúbal	AFONSO, 2014.	
1922 - Setembro	Greve dos conserveiros de Setúbal	FONSECA, 1980.	
1923	Fundação do jornal A Voz Sindical	FONSECA, 1980.	Dirigido por João Maria Major
1923 - Abril	Greve dos descarregadores de Setúbal e Trabalhadores Marítimos. Greve Geral em Setúbal Greve Geral no país	FONSECA, 1980.	
1923 – 16 de Maio	Greve geral da classe dos marítimos em todo o país	RODRIGUES, 1981.	
1923 – 21 de Maio	Greve das classes operárias de Setúbal	RODRIGUES, 1981.	
1925 - 23-27 de Setembro	Congresso Confederal de Santarém da C.G.T.	VENTURA, 2010.	
1925	Inauguração da secção de Setúbal da U.P.P.	FREIRE, LOUSADA, 2013.	

DATA	ACONTECIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
1925 - 13 de Janeiro	Primeira conferência leccionada na secção de Setúbal da U.P.P.	QUINTAS, BALTAZAR, 1991.	Conferência de Ferreira de Macedo, com o tema “Para que serve a Educação?”.
1925 - 7 de Junho	Greve em Setúbal	FONSECA, 1980.	Contra a deportação de operários, na sequência da prisão de João Maria Major, a 9 de Junho. Cf. Debate Parlamentar, Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº3, Nº042, 9 de Junho de 1925.
1926 - 28 de Maio	Golpe de Estado chefiado por Gomes da Costa - início da Ditadura Militar		
1926 - 18 de Junho	Fundação da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, BALTAZAR, 1991.	
1927	Dissolução da C.G.T.		
1930	Fundação do Ateneu de Estudos Sociais (Setúbal)	FREIRE, 1988.	
1930	Passagem das actividades da secção de Setúbal da U.P.P. para a Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, BALTAZAR, 1991.	
1931 - 2 de Abril	Greve dos trabalhadores marítimos de Setúbal	FONSECA, 1980. AFONSO, 2014.	

DATA	ACONTECIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
6/?/1931 ou 1932	Última conferência dada na secção de Setúbal da U.P.P.	Carta de Raúl Elias Adão a Emídio Santana (Setúbal, 1/12/1931) AHS-BNP Núcleo Outros Militantes, Caixa 57.	Autoria de Emídio Santana.
1933 - 23 de Setembro	Decreto-Lei 23050 - Estatuto do Trabalho Nacional	Diário do Governo nº217/1933, I Série, 23 de Setembro de 1933.	Obriga ao encerramento dos Sindicatos e Associações de Classe livres.
1934 - Janeiro	Greve Geral no país		Contra a fascização dos sindicatos. Rebentam bombas em Lisboa e há paralisação do trabalho.
1950 - 15 de Dezembro	Entrega da documentação da U.P.P. à Voz do Operário	BNL, AHS, Núcleo Manuel Joaquim de Sousa, Caixa 54, Circular da UPP de Lisboa, 15 de Dezembro de 1950.	Indica encerramento da U.P.P. em 1950.

ANEXO B - Conferências realizadas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa

Data	Assunto	Professor	Local	Fonte	Observações
1925 - 11 de Janeiro	“Para o que é e para o que serve a Educação”	Ferreira de Macedo	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	O Setubalense, 13 de Janeiro de 1925, citado por QUINTAS, 1998	Teve razoável assistência.
1925 - 1 de Março	“A Literatura em Educação”	Lúis Câmara Reis	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	QUINTAS, 1998.	
1925 - 29 de Março	“Jogos de Leitura”	António Sérgio	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	O Setubalense, 27 de Março de 1925, citado por QUINTAS, 1998.	A sessão foi adiada por duas vezes. Quando se realizou, foram convidados todos os grupos desportivos da região de Setúbal.
1926 - 7 de Março	“O Alcool e a sua Influência no Crime e Maneira de o Remediar”	Livramento Viegas	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	QUINTAS, 1998. BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.	Sessão programada devido ao problema de alcoolismo na cidade. O Tenente “Viegas Lata” foi um dos sobreviventes da intentona monárquica de 19/10/1921.
1926 - 26 de Março	“Rússia Soviética”	César Porto	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	QUINTAS, 1998.	
1926	“Valor Moral da Ciência”	Simões Raposo	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos	QUINTAS, 1998.	

			Trabalhadores do Mar		
1928	“Doenças Herdadas”	Simões Raposo	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	O Setubalense, s.d., citado por QUINTAS, 1998.	
1928 (possivelmente 1926 ou 1927)	“As Vitaminas na Alimentação”	Ferreira Mira	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.	
1928 (possivelmente 1926 ou 1927)	“O Germinal” de Emílio Zola	Luís Câmara Reis	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.	Considerada uma conferência histórica para a secção, por Jorge Quaresma.
1928 (possivelmente 1926 ou 1927)	“Sobre o Belo”	Bento de Jesus Caraça	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.	
1928 (possivelmente 1926 ou 1927)	“O Desporto”	Vitória Pais	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	BNL, AHS, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.	Conferência que terá desagradado o público adepto do desporto.
1928 - 14 de Maio			Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	O Setubalense, 14 de Maio de 1928., citado por QUINTAS, 1998.	Sem título exacto. Relacionava a educação infantil com a educação popular.

1930 - 18 de Maio	“A Paz e a Guerra”	César Porto	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	
1930 - 8 de Junho	“Enigmas do Universo”	Ludovico de Meneses	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	
1930 - 30 de Junho	“A Mortalidade Infantil”	Correia dos Santos	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	
1930 - 14 de Agosto		Ludovico de Meneses	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	
1930 - 14 de Setembro		Ludovico de Meneses	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	
1931 - 14 de Janeiro	“Instrução Popular”	António Manuel Gamito; Santos Ferro; Pereira de Almeida	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	
1931 - 21 de Março	“As Universidades Populares e a Cultura”	Bento de Jesus Caraça	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	QUINTAS, 1998.	Terá tido enorme afluência
1931 - 29 de Março	“O problema Social da Tuberculose”	Dias Amado	Sede da Sociedade	O Setubalense, 30 de Março de 1931, citado por QUINTAS, 1998.	

			Promotora de Educação Popular		
1931 - 7 de Junho	“A Luta pelo Direito”	Avelino Cunhal	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	O Setubalense, 6 de Junho de 1931, citado por QUINTAS, 1998.	
1931 - 13 de Junho	“Luta pela Paz”	Avelino Cunhal	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	O Setubalense, 13 de Junho de 1931, citado por QUINTAS, 1998.	
1931 - 17 de Junho	“Civismo e Democracia”	Vasco da Gama Fernandes	Sede da Sociedade Promotora de Educação Popular	O Setubalense, 1998.	
1931 - 18 de Junho	“O culto da religião pagã e a sua influência na Sociedade”	Joaquim Inácio Ameixa	Associação dos Trabalhadores do Mar	O Setubalense, 13 de Junho de 1931, citado por QUINTAS, 1998.	

ANEXO C - Conferências previstas na secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa

Data	Assunto	Professor	Local	Fonte	Observações
1925 - 31 de Janeiro	“História e Geografia Local”		Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	O Setubalense, 31 de Janeiro de 1925, citado por QUINTAS, 1998.	O conferencista não esteve presente, pelo que a sessão foi adiada.
1925 - 8 de Março	“Paisagem e Panorama de Setúbal”	Jaime Cortesão	Secção em Setúbal da UPP – Associação dos Trabalhadores do Mar	QUINTAS, 1998.	A sessão não se chegou a realizar por motivos pessoais do conferencista.
6/12/1931 ?	?	Emídio Santana	?	Carta de Raúl Elias Adão a Emídio Santana (Setúbal, 1/12/1931) AHS-BNP Núcleo Outros Militantes, Caixa 57.	

ANEXO D - Adriano Botelho



Adriano Botelho, Lisboa, c. 1930

s.a.

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=660

Consultado em 5 de Outubro de 2018

ANEXO E - Raúl Elias Adão



Raúl Elias Adão, s.l., c. 1960

s.a.

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=523

Consultado em 5 de Outubro de 2018

ANEXO F - Francisco José De Brito (Xico Cagarrão)



Francisco José de Brito (Xico Cagarrão), s.l., s.d.
s.a.

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=292

Consultado em 5 de Outubro de 2018

ANEXO G - Francisco Rodrigues Franco E Sabina Lopes Condeça Franco



Francisco Rodrigues Franco e Sabina Lopes Condeça Franco, s.l., s.d.
S.a.

Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=279

Consultado em 5 de Outubro de 2018